



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Grupo Casas Bahia S.A.

A
**DEDICAÇÃO
TOTAL**
NUNCA FOI TÃO FORTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Com Relatório do Auditor Independente

Sumário

Relatório da Administração	2
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras	9
Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras 10	
Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras	11
Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e <i>Compliance</i>	12
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14
Balço patrimonial ativo	24
Balço patrimonial passivo	25
Demonstração do resultado	26
Demonstração do resultado abrangente	27
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	28
Demonstração dos fluxos de caixa	29
Demonstração do valor adicionado	30
1. Contexto operacional	31
2. Apresentação e elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas	31
3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados	33
4. Principais políticas contábeis	35
5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	40
6. Contas a receber	40
7. Estoques	44
8. Tributos a recuperar	45
9. Partes relacionadas	47
10. Investimentos	51
11. Imobilizado	53
12. Intangível	57
13. Fornecedores, fornecedores portal e fornecedores convênio	62
14. Empréstimos e financiamentos	64
15. Gerenciamento de riscos financeiros	67
16. Tributos a pagar	71
17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	71
18. Provisão para demandas judiciais	74
19. Arrendamento mercantil	78
20. Receitas diferidas	81
21. Patrimônio líquido	82
22. Receita de venda de mercadorias e serviços	84
23. Despesas por natureza	86
24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	86
25. Resultado financeiro, líquido	87
26. Resultado por ação	87
27. Cobertura de seguros	88
28. Informações sobre os segmentos	89
29. Eventos subsequentes	89

Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

2024: um ano de superação, entregas consistentes e ganho de mercado

O quarto trimestre de 2024 marca a continuidade do segundo ano do Plano de Transformação, com a retomada do crescimento da receita da Companhia e a reafirmação de entregas consistentes. Após foco inicial na redução de custos, despesas e eficiência operacional, além do reperfilamento da dívida, iniciamos a segunda fase com ênfase no crescimento contínuo da rentabilidade, resultando em um ganho de mercado expressivo e uma excelente *Black Friday*.

Estamos cientes das incertezas econômicas e geopolíticas globais de 2024 que continuam a impactar direta ou indiretamente o varejo brasileiro, especialmente com as taxas de juros no Brasil em níveis elevados. Apesar desses desafios macroeconômicos, estamos animados com nosso desempenho neste trimestre e com o aumento da confiança a cada divulgação de resultados.

Como destaques, tivemos a melhor geração de caixa dos últimos 5 anos, o quinto trimestre consecutivo de melhoria sequencial de rentabilidade operacional, crescimento de receita tanto em lojas físicas como no *e-commerce*, maior penetração de serviços e recorde da carteira de crediário.

Resultado 2024

O lucro bruto totalizou R\$8.377, com margem bruta de 30,8%, ganho de 2,9p.p. vs. 2023. A margem é explicada pela melhor combinação do mix de produtos, qualidade dos estoques, maior penetração de serviços e soluções financeiras na receita, além do crescimento da receita de *marketplace* de 15,6%.

As despesas com vendas, gerais e administrativas de 2024 apresentaram redução de (5,4%), equivalente a R\$383, queda de 0,1p.p. em relação à receita líquida (24,6%).

O EBITDA ajustado atingiu R\$1.970 em 2024 e margem de 7,2%, superior em 2,9p.p. vs. 2023. A margem Ebitda ajustada de 2024 é a maior em 21 meses.

Em 2024, o resultado financeiro líquido foi de R\$(2.187), 28,1% menor vs. 2023 e 2,5 p.p. menor como percentual da receita líquida (8,0%). Vale ressaltar, que apesar de contabilizar os juros das dívidas financeiras no resultado, o impacto caixa destes itens foi de R\$133 em 2024.

O LAIR foi de R\$(1.677) no ano, 60,1% melhor vs. 2023, em função da retomada de crescimento de receita e melhora gradual da rentabilidade da Companhia, apesar do mercado desafiador e alta da taxa de juros. O prejuízo líquido foi de R\$(1.045) vs. R\$(2.625) em 2023, 60,2% melhor, sendo a margem líquida de (3,8%) no ano, evoluindo 5,3p.p. frente a 2023.

Relatório da Administração**Exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

A Companhia apresentou dívida líquida ajustada de R\$(360) e patrimônio líquido de R\$ 2.477. Em 2024, a liquidez totalizou R\$3.709 aumentando em R\$130 em relação a 2023. Como resultado a dívida líquida reduziu R\$44 em relação a 2023.

Neste trimestre batemos recorde na carteira do Crediário atingindo R\$6.178, crescimento de 15%.

Considerações Finais

Estamos extremamente orgulhosos de sermos reconhecidos como a marca *Top of Mind* da Folha de São Paulo pelo 19º ano consecutivo na categoria de móveis e eletrônicos. Este reconhecimento reflete a confiança e o carinho que os brasileiros têm pela nossa marca. Além disso, fomos eleitos a marca mais reconhecida na região sudeste entre todos os setores, destacando ainda mais nosso compromisso com a qualidade e a satisfação do cliente. Também, celebramos nosso reconhecimento pelo prêmio "Marcas Mais" do Estadão na categoria de lojas de eletrodomésticos, um testemunho do nosso esforço contínuo em oferecer os melhores produtos e serviços. Por fim, temos a honra de ser certificados pelo GPTW (*Great Place to Work*), reforçando nosso compromisso em proporcionar um ambiente de trabalho excepcional para nossos colaboradores.

Com os ajustes estruturais dos últimos trimestres e o início do crescimento de receita, seguimos focados na execução do Plano de Transformação para continuarmos avançando na rentabilidade e geração de fluxo de caixa. Estamos acelerando o crescimento nas lojas físicas, nosso canal mais rentável, e priorizando a rentabilidade no online, aprimorando a jornada do cliente para um sólido crescimento em 2025. A expansão do crediário segue crucial para sustentar essa jornada de crescimento com bastante cautela e atenção nos números de inadimplência. Operacionalizamos o fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) para fomentar o crédito, fortalecendo nossa vantagem competitiva e diversificando o *funding* da operação. Além do carnê, seguimos avançando na rentabilização de serviços sem capital empregado.

Encerramos 2024 com avanços significativos, demonstrando a resiliência e o potencial da nossa Companhia. Aproveito para agradecer a todos os nossos clientes, aos nossos colaboradores, aos fornecedores, instituições financeiras e demais *stakeholders*. Estamos confiantes que estamos no caminho certo para mudar a Companhia de patamar, e entrarmos em um novo ciclo de crescimento sustentável. Seguiremos com Dedicção Total a Vocês! Muito obrigado a todos.

Relatório da Administração**Exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

Destaques financeiros e operacionais**Receita bruta**

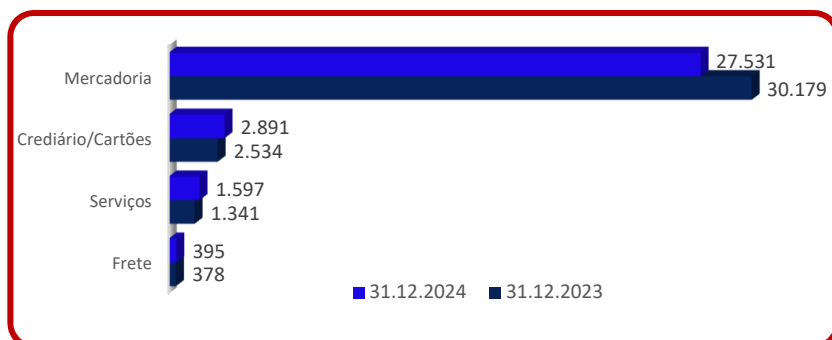
Em 2024 a receita bruta consolidada foi de R\$32.414 (R\$34.432 em 2023), apesar do crescimento da receita de *marketplace* em 15,6% as receitas das vendas online reduziram, resultando em uma variação de (5,9%) no saldo da receita bruta do exercício.

A receita de mercadorias apresentou variação de (8,8%) em função do recuo do GMV do 1P online. Por outro lado, o GMV do 3P cresceu 13,2% no exercício.

A performance das lojas físicas é explicada principalmente pela retomada de crescimento da receita das lojas físicas, da performance positiva da receita de *marketplace*, dada a busca pelo equilíbrio entre vendas e rentabilidade.

A receita de serviços cresceu 19,1% em função da maior penetração de venda de seguros, montagem, comissão do *marketplace* e logística “*as a service*”.

Nosso crediário segue sendo uma importante ferramenta de fidelização de nossos clientes e um diferencial competitivo, com penetração de 16,8% na receita bruta consolidada (aumento de 3,6 p.p em relação a 2023).



	31.12.2024	31.12.2023
Lojas físicas	22.296	21.796
Online	10.118	12.636
1P	9.294	11.924
3P	824	712
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos por canal	32.414	34.432

Durante o ano de 2024, em linha com o Plano de Transformação, encerramos 15 lojas por apresentarem performance aquém do esperado, fechando o ano de 2024 com 1.064 lojas.

Lucro bruto

	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida	27.206	28.847
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(18.829)	(20.792)
Lucro bruto	8.377	8.055
Margem bruta	30,8%	27,9%

Apesar do recuo da receita operacional líquida, a margem bruta segue saudável e é explicada pela melhor combinação do mix de produtos, qualidade dos estoques, a maior penetração de serviços e soluções financeiras, além do crescimento da receita de *marketplace* de 15,6%.

Relatório da Administração**Exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

Despesas com vendas, gerais e administrativas

	31.12.2024	31.12.2023
Despesas com vendas	(5.486)	(5.883)
Despesas gerais e administrativas	(1.195)	(1.181)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(6.681)	(7.064)

As despesas com vendas, gerais e administrativas de 2024 apresentaram redução de (5,4%) e aumento em relação à ROL (24,6%). A menor despesa é explicada pela redução de (6,7%) nas despesas de vendas, redução nas despesas de serviços de terceiros (7,6%) e redução de (23,9%) nas despesas com demandas judiciais trabalhistas, além de uma melhora geral na contenção de despesas no exercício.

Resultado líquido

	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social (LAIR)	(1.677)	(4.202)
% Receita líquida	-6,2%	-14,6%
Imposto de renda e contribuição social	632	1.577
Prejuízo líquido	(1.045)	(2.625)
% Margem líquida	-3,8%	-9,1%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o LAIR foi de R\$(1.677), em função da retomada de crescimento de receita e melhora gradual da rentabilidade da Companhia, apesar do mercado desafiador e alta da taxa de juros.

Ciclo financeiro

	31.12.2024	31.12.2023
(+/-) Estoques	4.695	4.353
Dias estoques ¹	91	76
(+/-) Fornecedores de mercadorias e portal	7.452	6.379
Fornecedores convênio	2.446	1.765
Fornecedores de serviços	637	823
Dias Fornecedores total	144	112
Variação ciclo financeiro	53	36

⁽¹⁾ Dias em CMV

Em termos de estoque, alcançamos o patamar de R\$4.695, e na comparação com 2023 apresentamos um aumento de R\$342, com o intuito de capturar o crescimento observado nos últimos meses e aumento de fluxo do 1T25. Adicionalmente, houve aumento em dias de fornecedores, que mais do que compensou o aumento de estoques.

Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

Estrutura de capital

	31.12.2024	31.12.2023
(+) Credário Casas Bahia	6.178	5.355
(-) Repasse para instituições financeiras ("CDCI")	(5.834)	(5.383)
(=) Saldo líquido carnês - CDCI	344	(28)
(-) Empréstimos e financiamentos – Circulante (*)	(358)	(2.332)
(-) Empréstimos e financiamentos – Não circulante (*)	(3.711)	(1.651)
(=) Endividamento bruto	(4.069)	(3.983)
(+) Fornecedor convênio	(2.446)	(1.765)
(=) Saldo líquido CDCI + endividamento bruto + fornecedor convênio	(6.171)	(5.776)
(+) Caixa e aplicações financeiras	2.131	2.573
(+) Administradoras de cartões de crédito	532	273
(+) Outras contas a receber e contas a receber B2B	1.046	733
(=) Caixa e equivalentes de caixa (Gerencial)	3.709	3.579
Patrimônio líquido	2.477	3.454

(*) Não são considerados os saldos de Repasse para instituições financeiras ("CDCI")

O endividamento bruto da Companhia, para fins de *covenants* e entendimento de estrutura de capital, não considera Fornecedor convênio (nota explicativa nº 13) e Repasse para instituições financeiras ("CDCI") (nota explicativa nº 14).

Capex

	31.12.2024	31.12.2023
Logística	11	14
Novas lojas	10	9
Reforma de lojas	10	31
Tecnologia	158	329
Outros	2	3
Total	191	386

Recursos humanos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui um quadro com 31.739 colaboradores e índice de rotatividade de 32% (30,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). O aumento da rotatividade ocorreu majoritariamente em função do Plano de Transformação que tem como objetivo a simplificação nas estruturas da Companhia.

	31.12.2024	31.12.2023
Quantidade no início do exercício	37.958	46.052
Contratações	8.543	9.659
Desligamentos	(14.762)	(17.753)
Quantidade no fim do exercício	31.739	37.958

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 636.277 de horas em treinamento, o que representa cerca de 13 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes

Destaques ESG

Ambientais

Energia Renovável: Avanço na meta de energia renovável adquirindo 84% de energia de fontes limpas e renováveis. Comprometimento de atingirmos 90% até o final de 2025.

Programa de Reciclagem REVIVA: Destinou cerca de 2.800 toneladas de resíduos para reciclagem, beneficiando 11 cooperativas parceiras. Com 755 coletores de eletroeletrônicos distribuídos nas lojas e operações do grupo, coletamos mais de 6 toneladas de eletroeletrônicos para descarte adequado e reciclagem.



Social - Diversidade

Pessoas com Deficiência: O Jornada Sem Barreiras formou 352 colaboradores e ampliou sua atuação com trilha exclusiva para lideranças e mentoria de carreira para 20 colaboradores, iniciando no 2º trimestre de 2025.

Raça e Etnia | #DedicaçãoNaLutaAntirracista: Atualmente, 46,7% dos colaboradores são negros. A representatividade na liderança cresceu de 34% para 37% em um ano, reforçando nosso compromisso com equidade racial. Em julho, iniciamos a terceira fase da autodeclaração racial para fortalecer a visibilidade da diversidade interna.

Equidade de Gênero: Diálogos de Empoderamento Feminino: iniciativa de letramento e combate à discriminação, impactando mais de 1.350 mulheres em 20 dias.

Dona de Si – Mentoria Feminina: programa que impulsionou 400 mulheres em cargos de gerência e acima, fortalecendo suas trajetórias e liderança.

LGBTQIAPN+: A campanha “Sou, porque nós somos diversos e inclusivos” impactou 100% do público interno via canais institucionais. Em junho, realizamos um *webinar* sobre saúde mental da população LGBTQIAPN+, com mais de 200 visualizações ao vivo. O Prisma Visita, segue promovendo diálogos estratégicos para fortalecer a inclusão e o combate da discriminação.



Social - Fundação Casas Bahia

Protagonismo Jovem: Mais de 7 mil jovens foram capacitados pelo Instituto PROA em 2024, representando um aumento significativo em relação aos 5,5 mil formandos no ano anterior. Atualmente, somos seus apoiadores institucionais, estando entre os 5 maiores investidores e, em parceria com o Grupo Casas Bahia, entre as 10 empresas que mais empregaram os jovens. Em 2024, aumentamos em cerca de 60% a contratação de jovens pela nossa mantenedora, em comparação com o ano anterior, fortalecendo nosso compromisso de gerar oportunidades de trabalho e renda para os jovens.

Fomento ao Empreendedorismo: apoiamos o Instituto Dona de Si desde 2021, contribuindo para a formação de mulheres interessadas em alavancar os negócios que desenvolvem nas suas comunidades, por meio da Jornada Dona de Si. Em 2024, expandimos o projeto para São Paulo e Salvador, acrescentando mais de 500 vagas em relação ao ano anterior, consolidando o compromisso de promover a qualificação e o empoderamento de mulheres em diferentes regiões do Brasil. No total, disponibilizamos 800 vagas em empreendedorismo para mulheres das comunidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador.

Engajamento Social: O destaque de 2024 foi a campanha SOS Rio Grande do Sul: investimento de mais de R\$ 230 mil na compra e doação de 4,5 mil itens, +150 voluntários envolvidos na triagem de mais de 20 mil itens doados pelos colaboradores e clientes - cerca de 35 toneladas de doações arrecadadas nos HUBs, CDs, Bartira e Lojas, 4 ONGs parceiras na distribuição das doações para mais de 6,4 mil beneficiados.

Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os dados não financeiros e não contábeis, não foram auditados pelos auditores independentes



Governança

Reeleição dos órgãos administrativos ocorrida em 2024: Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria, Riscos e *Compliance*; Pessoas; Finanças; e Ética.

2ª edição da Semana de Compliance: Com temáticas voltadas à cultura de integridade e prevenção de assédio e discriminação, teve atividades e participação da alta liderança, sensibilizando 100% das áreas internas.

Programa de Integridade: Renovamos nossa adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção do Instituto Ethos, com elevação contínua dos indicadores do Programa de Integridade da Companhia.

Avaliação do Auditor Externo sobre os controles internos: Desde 2020, não temos qualquer fraqueza material ou deficiência significativa reportada, reforçando a prioridade desta agenda para a Companhia.

Robustas práticas de Governança Corporativa:

- Listagem no Novo Mercado;
- Capital pulverizado com mais de 99% de *free float*;
- Conselheiros independentes em seus colegiados;
- Diferentes executivos como CEO e Presidente do Conselho de Administração;
- Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e *Compliance*;
- Canal de denúncias independente e terceirizado, disponível 24/7.

Investimentos em coligadas e controladas

A Companhia faz parte de um grupo econômico do qual participam 15 (quinze) sociedades controladas (participação direta e indireta) e 3 (três) sociedades coligadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não realizou investimentos em aquisição de participação societária.

Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

Composição acionária

	Quantidade de ações (em milhares)	
	31.12.2024	31.12.2023
Goldentree Fundo de Investimentos em Ações	7.462	7.462
Twinsf Fundo de Investimento Multimercado CP	6.604	6.604
EK-VV Limited	3.279	3.279
Michael Klein	1.603	1.603
BlackRock	41	246
Outros	76.083	75.669
Ações em tesouraria	15	220
	95.087	95.083

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22 informamos que os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda não prestaram em 2024 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa para a Companhia e suas controladas. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores do Grupo Casas Bahia S.A. (“Companhia”), em conformidade com o artigo 31, §1º, inciso II, c/c o artigo 27, §1º, inciso VI, ambos da Resolução CVM 80/2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, autorizando a sua conclusão nesta data.

São Paulo (SP), 12 de março de 2025.

Renato Horta Franklin

Diretor Presidente

Frédéric Paul Bernard Gauthier

Vice-Presidente de Operações

Andréia Fernandes Nunes

Diretora de Gente, Gestão e ESG

Elcio Mitsuhiro Ito

Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Fábio Eduardo de Pieri Spina

Vice-Presidente Jurídico

Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores do Grupo Casas Bahia S.A. (“Companhia”), em conformidade com o artigo 31, §1º, inciso II, c/c o artigo 27, §1º, inciso V, ambos da Resolução CVM 80/2022, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, autorizando a sua divulgação nesta data.

São Paulo (SP), 12 de março de 2025.

Renato Horta Franklin

Diretor Presidente

Frédéric Paul Bernard Gauthier

Vice-Presidente de Operações

Andréia Fernandes Nunes

Diretora de Gente, Gestão e ESG

Elcio Mitsuhiro Ito

Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Fábio Eduardo de Pieri Spina

Vice-Presidente Jurídico

Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras

O Conselho Fiscal do Grupo Casas Bahia S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes – Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 12 de março de 2025, opinam favoravelmente que os referidos documentos, em todos os aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a ser convocada, nos termos da Lei nº 6.404/76.

São Paulo (SP), 12 de março de 2025.

Magali Rogéria de Moura Leite
Presidente

Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior
Membro

Susana Hanna Stiphan Jabra
Membro

Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração do Grupo Casas Bahia S.A. (“Companhia”)

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia (“Comitê”) é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulamentação aplicável, principalmente pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 23/2021, conforme alterada, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno.

O Comitê foi instalado na reunião do Conselho de Administração de 24 de outubro de 2018, quando da migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado, sendo atualmente composto por 3 (três) membros.

Em 30 de abril de 2024, o Sr. Luiz Carlos Nannini, membro do Comitê, encaminhou comunicação acerca de sua renúncia ao cargo por motivos pessoais.

Em 05 de junho de 2024, o Sr. Luiz Carlos Passeti tomou posse como membro independente do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia, possuindo reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, de acordo com as regras da CVM.

Sendo assim, foi aprovada a nova composição do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, continuando o Sr. Rogério Paulo Calderón Peres no cargo de coordenador e mantendo o Sr. André Coji como membro do Comitê. O mandato dos referidos membros vigorará até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com independência em relação à Diretoria. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias de tal órgão devem ser realizadas, no mínimo, bimestralmente. O Comitê reuniu-se 15 (quinze) vezes no período de janeiro de 2024 a março de 2025.

Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais são assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia, assim como na plataforma utilizada pela área de Governança Corporativa da Companhia.

Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

As principais atividades realizadas pelo Comitê no período de janeiro de 2024 a março de 2025 foram:

- (a) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (“DF 2023”);
- (b) Avaliação e recomendação acerca da renovação do contrato com os Auditores Independentes (E&Y), para o exercício de 2024;
- (c) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes às revisões trimestrais de março, junho e setembro de 2024;
- (d) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024 (4T24);
- (e) Acompanhamento do plano de trabalho da Auditoria Externa da Companhia referente ao exercício social de 2024;
- (f) Acompanhamento dos trabalhos e plano anual da Auditoria Interna durante o exercício social de 2024;
- (g) Análise de recomendação acerca da atualização da Política Corporativa de Auditoria Interna da Companhia pela área de Auditoria Interna;
- (h) Definição da contratação de Auditoria Interna para o banQi Instituição de Pagamento Ltda.;
- (i) Análise e aprovação do Plano de Trabalho da Auditoria Interna anual de 2025;
- (j) Acompanhamento das ações conduzidas pela área de Tecnologia, relativos a Segurança da Informação e Cyber Segurança da Cia;
- (k) Revisão do Formulário de Referência exercício 2024;
- (l) Acompanhamento dos trabalhos conduzidos pela área de Controles Internos Riscos e *Compliance* durante o exercício social de 2024, incluindo, mas não se limitando aos resultados do Canal de Denúncias e Mapas de Riscos;
- (m) Acompanhamento dos indicadores de Canal de Denúncia: principais volumetrias, temáticas, desfechos e informações gerenciais das alegações (unidade de negócio, região etc.);
- (n) Carta Comentário dos Auditores Independentes (EY) – apontamentos, recorrência dos temas e planos de ação;
- (o) Acompanhamento sobre o Programa de Integridade, incluindo plano de trabalho, dados sobre ações preventivas e métricas relevantes;
- (p) Informações gerais sobre as monitorias aplicadas à Plataforma de Marketplace;
- (q) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (“DF 2024”).

3. CONCLUSÕES

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê quanto ao fechamento das Demonstrações Financeiras, em especial decorrente das informações prestadas pela Companhia, seus Auditores Independentes, os membros do Comitê manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos Acionistas em Assembleia Geral.

São Paulo (SP), 12 de março de 2025.

Rogério Paulo Calderón Peres
Coordenador

Luiz Carlos Passetti
Membro

André Coji
Membro



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Grupo Casas Bahia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Casas Bahia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

Ênfases

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa 17.d às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a projeção de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, reconhecidos até 31 de dezembro de 2024, com base em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, e também sobre as diferenças temporárias, no montante total de R\$6.140 milhões, na controladora, e, R\$6.550 milhões, no consolidado. A realização destes tributos diferidos ativos depende da geração futura de lucros tributáveis suficientes para que os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias possam ser utilizados. Há uma incerteza relacionada ao prazo de realização dos lucros tributáveis futuros e conseqüentemente ao prazo de realização deste ativo.

Reapresentação de dados correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativas 3.1, devido à eliminação das transações que não envolveram caixa na movimentação relacionada com a rubrica “Fornecedores Risco Sacado (convênio)”, na atividade de financiamento, nas demonstrações de fluxos de caixa individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 03 (R2) – Demonstração de fluxos de caixa.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na nota Explicativa nº 17, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivo no montante líquido de R\$5.395 milhões, na controladora, e, R\$5.747 milhões, no consolidado, em 31 de dezembro de 2024, calculados sobre prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias ativas e passivas. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros, elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pela diretoria e pelo conselho de administração. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que a referida avaliação elaborada pela diretoria da Companhia envolve alto grau de julgamento profissional na determinação de suas premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros da Companhia, que podem ser afetadas por condições econômicas e de mercado, que não estão sob o controle da diretoria ou da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) análise da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos; (ii) comparação da assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício; (iii) envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos sobre a renda para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizada pela diretoria, em particular àquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo a taxa de crescimento da receita e margem anual, razoabilidade das variações das demais contas que compõem o resultado projeto, bem como o prazo estimado de realização desse saldo credor; (iv) com auxílio de nossos especialistas em projeções financeiras, também realizamos análise da consistência aritmética e recálculo às projeções, e comparamos os dados das projeções com dados de fontes externas disponíveis; (v) avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Como resultado destes procedimentos incluímos parágrafo de ênfase em nosso relatório, sem modificar a nossa opinião sobre o tema.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotados pela diretoria na avaliação sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Shape the future
with confidence

Reestruturação de dívida com debêntures - Recuperação Extrajudicial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, em 28 de abril de 2024, a Companhia anunciou pedido de Plano de Recuperação Extrajudicial (“PRE”), através do reperfilamento das dívidas no montante de R\$4.080 milhões, decorrentes de suas 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures e CCBs, o qual foi homologado em 19 de junho de 2024. Como parte do PRE, em 26 de julho de 2024, a Companhia procedeu com a 10ª emissão de debêntures simples (“10ª emissão”), em substituição às dívidas financeiras sujeitas ao PRE, conforme detalhado na nota explicativa nº 14, no valor de R\$4.080 milhões, e em três séries, sendo a 1ª e a 3ª séries simples, não conversíveis em ações e a 2ª série conversível em ações. O PRE contempla o alongamento do cronograma de amortização original da dívida, incluindo uma carência de 24 meses (2 anos) para o pagamento de juros e de 30 meses (2,5 anos) para o pagamento do principal, e prazo total de amortização de 78 meses (6,5 anos), com remuneração de CDI + 1,0% a 1,5%, e ainda contempla a possibilidade dos respectivos credores a converterem parte dos crédito em participação societária na Companhia, durante uma janela de tempo compreendido entre 18 a 26 meses contados da aprovação do PRE. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total de debêntures é de R\$4.069 milhões, conforme nota explicativa nº 14.

A Companhia avaliou o processo de recuperação extrajudicial e devido às mudanças relevantes na natureza da dívida, principalmente em relação a opção de conversão de parte da dívida em ações da Companhia, e concluiu por enquadrá-la como uma “mudança substancial” da dívida, procedendo com a reversão dos valores da obrigação original e reconhecendo nova obrigação com termos e condições substancialmente diferentes, inicialmente ao seu valor justo, em contrapartida ao resultando do exercício, gerando um ganho líquido dos custos de captação, no montante de R\$637 milhões, antes dos efeitos dos tributos. A Companhia designou as debêntures 1ª e 3ª séries como instrumentos financeiros pelo custo amortizado e as debêntures 2ª série, como instrumento financeiro híbrido, pela inclusão da opção de conversibilidade dessa dívida em ações da Companhia, ao valor justo em contrapartida ao resultado (“fair value option”).

A designação dos instrumentos financeiros, o reconhecimento contábil da reestruturação da dívida (“debt modification”), a identificação de derivativos, a designação dos instrumentos financeiros, a mensuração inicial e subsequente, e as respectivas divulgações relativas a esses instrumentos financeiros, requerem julgamento e estimativa pela diretoria da Companhia e de seus assessores internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento e estimativas, bem como a designação e contabilização das negociações decorrentes da mudança da dívida, podem impactar significativamente os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação dos instrumentos financeiros decorrentes da reestruturação das dívidas, incluindo as designações desses instrumentos para mensurações iniciais e subsequentes a serem registrados e a aplicação adequada e consistente durante o exercício e subsequentemente; (ii) leitura e análise dos documentos relacionados ao processo de recuperação extrajudicial e da emissão da 10ª debêntures; (iii) envolvimento de especialistas em instrumentos financeiros e derivativos para suportar a equipe de auditoria na análise sobre a avaliação efetuada pela diretoria da Companhia acerca da mudança substancial sobre a reestruturação da dívida, além do suporte na análise da designação inicial dos instrumentos financeiros e derivativos e da mensuração inicial e subsequente desses instrumentos financeiros, apresentados pela diretoria da Companhia; (iv) confirmação da existência dos instrumentos financeiros, através de cartas de circularização e de confirmação com o agente fiduciário na data de balanço; (v) envolvimento de nossos especialistas das áreas de impostos na análise dos potenciais impactos tributários, apresentado pela diretoria da Companhia, suportada pelos consultores tributários; e (vi) avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas às demonstrações financeiras, em relação ao assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reestruturação das debêntures, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios, premissas e políticas sobre as debêntures adotados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o processo de reestruturação das debêntures e políticas relacionadas a esses instrumentos financeiros nas notas explicativas nº 2.6 e 14 às demonstrações financeiras.

Mensuração da provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e tributárias

Em 31 de dezembro de 2024, a provisão para demandas trabalhistas, cíveis e tributárias totalizou R\$2.349 milhões, na controladora, e, R\$2.483 milhões, no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia e suas controladas são parte em número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas, cíveis e tributárias. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas também apresentam outras demandas relacionadas com discussões trabalhistas, cíveis e tributárias que não estão provisionadas e perfazem o montante de R\$8.855 milhões nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024, as quais devido à avaliação por parte da diretoria e suportada pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia, o prognóstico é de perda possível. A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão e a respectiva divulgação relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas sobre as ações judiciais e processos administrativos, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração de montantes a serem registrados como provisão e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante os exercícios apresentados; (ii) análise da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia; (iii) obtenção de confirmações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos de perdas dessas ações judiciais e processos administrativos; (iv) envolvimento de nossos especialistas das áreas de impostos e de assuntos controversos, na análise das probabilidades de perda das disputas judiciais nos âmbitos tributários, trabalhistas e cíveis, e do modelo de cálculo adotado pela Companhia para constituição da provisão; e (v) avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas às demonstrações financeiras, em relação ao assunto. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento dessa provisão, sendo este ajuste não registrado pela Companhia tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de provisão da Companhia derivadas da avaliação da probabilidade de perdas das causas para suportar os julgamentos e estimativas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando-se do pressuposto da continuidade operacional, tendo como premissa o fato de que a Companhia e suas controladas estão em atividade e irão se manter em operação por um futuro previsível de ao menos 12 meses, a partir da data das demonstrações financeiras. Essa premissa leva em consideração o pressuposto de que a diretoria não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista além dessas. A nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas detalha como a diretoria da Companhia concluiu que há expectativas quanto a sua habilidade de continuidade operacional, para suportar a preparação das demonstrações financeiras com o uso deste pressuposto. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, prejuízo no exercício e prejuízos acumulados, além de possuir dívidas onerosas registradas no passivo circulante e apresentar passivo circulante maior que o ativo circulante em R\$5.718 milhões, na controladora, e, R\$5.122 milhões, no consolidado, bem como outros indicativos de *impairment*, como o valor patrimonial acima do valor de mercado da Companhia, pelo *market capitalization*.



**Shape the future
with confidence**

Em razão do alto grau de julgamento relacionado a premissa base dessa avaliação de continuidade operacional, especificamente associada à determinação das projeções de fluxo de caixa futuro, e do impacto que qualquer mudança significativa nessas premissas poderia ter na avaliação do pressuposto de continuidade operacional, e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros: (i) obtenção e análise da avaliação financeira preparada pela Companhia e da avaliação das projeções de fluxos de caixa preparadas pela Companhia para os próximos 12 meses, a partir da data do balanço; (ii) avaliação das premissas utilizadas na determinação das projeções de fluxos de caixa, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, bem como a consistência das projeções efetuadas comparadas com o realizado para os últimos anos; (iii) leitura dos termos contratuais de debêntures, considerando potencial violação relevante ou novos termos e condições sobre os *covenants*, como também das atas de reuniões de acionistas, dos responsáveis pela governança e de comitês relevantes; (iv) análise da recuperação extrajudicial, emissão da 10ª debênture e consequentes acordos sobre prorrogações das dívidas onerosas existentes em 2024; e (v) avaliação das divulgações da Companhia, incluídas na nota explicativa nº 1, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela diretoria sobre o pressuposto de continuidade operacional da Companhia, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 1, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

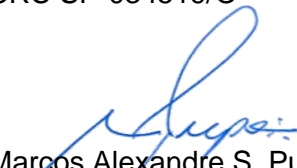
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC SP-221749/O

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024
 Em milhões de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativos					
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.082	2.525	2.131	2.573
Títulos e valores mobiliários	5	461	-	283	-
Contas a receber	6	4.435	3.351	4.616	3.588
Estoques	7	4.661	4.325	4.695	4.353
Tributos a recuperar	8	1.304	1.629	1.352	1.663
Partes relacionadas	9	501	500	295	268
Despesas antecipadas		261	237	269	247
Outros ativos		444	569	499	658
Total dos ativos circulantes		14.149	13.136	14.140	13.350
Não circulantes					
Contas a receber	6	440	432	440	432
Tributos a recuperar	8	4.473	4.044	4.630	4.189
Tributos diferidos	17 (c)	5.395	4.764	5.767	5.125
Partes relacionadas	9	75	126	122	170
Depósitos judiciais	18 (e)	1.612	1.150	1.646	1.167
Instrumentos financeiros	15 (b)	-	-	11	11
Outros ativos		484	459	484	460
Investimentos	10	2.155	2.024	263	298
Imobilizado	11	1.222	1.400	1.295	1.478
Intangível	12	1.635	1.715	2.674	2.755
Ativo de direito de uso	19	2.391	2.536	2.417	2.561
Total dos ativos não circulantes		19.882	18.650	19.749	18.646
Total dos ativos		34.031	31.786	33.889	31.996

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024
 Em milhões de reais

Passivos	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Circulantes					
Fornecedores	13	7.841	7.057	7.964	7.179
Fornecedores portal	13	125	23	125	23
Fornecedores risco sacado (convênio)	13	2.446	1.765	2.446	1.765
Empréstimos e financiamentos	14	5.224	6.795	5.224	6.795
Tributos a pagar	16	522	496	551	517
Obrigações sociais e trabalhistas		460	371	575	448
Receitas diferidas	20	208	229	209	244
Partes relacionadas	9	998	410	9	3
Repasse a terceiros	15 (b)	711	566	764	637
Passivo de Arrendamento	19	614	601	621	606
Outros passivos		718	560	774	612
Total dos passivos circulantes		19.867	18.873	19.262	18.829
Não circulantes					
Empréstimos e financiamentos	14	4.222	2.164	4.222	2.164
Receitas diferidas	20	1.724	2.083	1.725	2.150
Provisão para demandas judiciais	18	2.349	2.342	2.483	2.464
Tributos a pagar	16	28	25	28	26
Tributos diferidos	17 (c)	-	-	20	20
Partes relacionadas	9	-	2	-	-
Passivo de Arrendamento	19	2.696	2.842	2.729	2.877
Outros passivos	8(b)(ii)	668	1	943	12
Total dos passivos não circulantes		11.687	9.459	12.150	9.713
Total dos passivos		31.554	28.332	31.412	28.542
Patrimônio líquido	21				
Capital social		5.340	5.340	5.340	5.340
Transações de capital		(1.232)	(1.232)	(1.232)	(1.232)
Reservas de capital		2.662	2.640	2.662	2.640
Ações em tesouraria		(21)	(22)	(21)	(22)
Prejuízos acumulados		(4.309)	(3.264)	(4.309)	(3.264)
Outros resultados abrangentes		37	(8)	37	(8)
Total do patrimônio líquido		2.477	3.454	2.477	3.454
Total dos passivos e patrimônio líquido		34.031	31.786	33.889	31.996

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do resultado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receita de venda de mercadorias e serviços	22	27.129	28.702	27.206	28.847
Custo de mercadorias e serviços vendidos	23	(18.405)	(20.154)	(18.829)	(20.792)
Lucro bruto		8.724	8.548	8.377	8.055
Despesas com vendas	23	(5.736)	(6.018)	(5.486)	(5.883)
Despesas gerais e administrativas	23	(1.282)	(1.302)	(1.195)	(1.181)
Depreciações e amortizações	11, 12 e 19	(838)	(911)	(864)	(940)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(372)	(1.150)	(388)	(1.262)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		496	(833)	444	(1.211)
Resultado financeiro, líquido	25	(2.199)	(3.053)	(2.187)	(3.041)
Resultado de equivalência patrimonial	10	16	(259)	66	50
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.687)	(4.145)	(1.677)	(4.202)
Imposto de renda e contribuição social	17	642	1.520	632	1.577
Prejuízo do exercício		(1.045)	(2.625)	(1.045)	(2.625)
Resultado do período por ação (Reais por ação)	26				
Básico		(10,99687)	(36,09253)	(10,99687)	(36,09253)
Diluído		(10,99687)	(36,09253)	(10,99687)	(36,09253)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**
Em milhões de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo do exercício	(1.045)	(2.625)	(1.045)	(2.625)
Outros resultados abrangentes				
<u>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado</u>				
Marcação a mercado de recebíveis	(26)	255	(26)	255
Marcação a mercado dos instrumentos conversíveis	95	-	95	-
Tributos sobre valor justo de instrumentos financeiros	(24)	(87)	(24)	(87)
Resultado abrangente do período	(1.000)	(2.457)	(1.000)	(2.457)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhões de reais

Notas	Atribuível aos acionistas da Companhia									
	Capital social	Transações de capital	Reservas de capital				Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Especial de ágio	Ágio na subscrição de ações	Incentivos fiscais	Opções outorgadas				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.044	(1.232)	279	1.811	8	263	(74)	(639)	(176)	5.284
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(2.625)	-	(2.625)
Aumento de capital	311	-	-	-	-	-	-	-	-	311
Ágio na subscrição de ações	-	-	-	311	-	-	-	-	-	311
Custo na emissão de ações	(15)	-	-	-	-	-	-	-	-	(15)
Ações entregues em planos de ações	-	-	-	-	-	(52)	52	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas	21.4 (c)	-	-	-	-	20	-	-	-	20
Marcação a mercado de recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	255	255
Tributos sobre a marcação a mercado de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	(87)	(87)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.340	(1.232)	279	2.122	8	231	(22)	(3.264)	(8)	3.454
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(1.045)	-	(1.045)
Ações entregues em planos de ações	-	-	-	-	-	(1)	1	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas	21.4 (c)	-	-	-	-	23	-	-	-	23
Marcação a mercado de recebíveis (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	(26)	(26)
Marcação a mercado dos instrumentos conversíveis	14 (b) (iii)	-	-	-	-	-	-	-	95	95
Tributos sobre a marcação a mercado de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	(24)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.340	(1.232)	279	2.122	8	253	(21)	(4.309)	37	2.477

(*) Recebíveis avaliados a valor justo conforme mencionado na Nota explicativa nº 4.2 (a).

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
 Em milhões de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023 reapresentado	31.12.2024	31.12.2023 reapresentado
Prejuízo do exercício		(1.045)	(2.625)	(1.045)	(2.625)
Ajustes em					
Depreciação e amortização	11, 12 e 19	1.038	1.102	1.072	1.139
Equivalência patrimonial	10	(16)	259	(66)	(50)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(655)	(1.523)	(665)	(1.583)
Juros, variações monetárias e modificação de dívida, líquidos		1.112	1.921	1.132	1.937
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, líquidas de reversões		751	1.101	784	1.150
Provisões para demandas judiciais outras, líquidas de reversões		(14)	256	(16)	255
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	6 (c)	1.009	1.132	1.037	1.180
Perda estimada do valor recuperável líquido dos estoques	7	36	136	39	140
Perda com alienação de ativo imobilizado	24	(2)	38	(2)	129
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento	19	(23)	(9)	(23)	(9)
Receita diferida reconhecida no resultado		(233)	(161)	(232)	(160)
Remuneração baseada em ações	21.4 (c)	21	17	23	20
Outros		7	255	7	258
Lucro líquido do período ajustado		1.986	1.899	2.045	1.781
Variações no capital circulante					
Contas a receber		(2.128)	2.675	(2.100)	2.448
Estoques		(372)	1.072	(381)	1.088
Tributos a recuperar		868	1.054	843	1.026
Depósitos judiciais		(420)	(156)	(436)	(156)
Despesas antecipadas		(24)	(20)	(22)	(16)
Outros ativos		(299)	(14)	(100)	(48)
Partes relacionadas		630	18	24	(61)
Fornecedores	13	11.213	6.532	11.208	6.513
Fornecedores portal	13	-	(657)	-	(657)
Tributos a pagar		29	273	36	272
Obrigações sociais e trabalhistas		89	14	127	8
Receita diferida		(300)	(97)	(381)	(97)
Repasse a terceiros		145	(247)	127	(264)
Demandas judiciais - Trabalhistas	18	(759)	(1.124)	(785)	(1.148)
Demandas judiciais - Outras	18	(72)	(74)	(72)	(80)
Outros passivos		142	(184)	409	(156)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	(3)
Dividendos recebidos de investidas	10	-	15	101	17
Varição nos ativos e passivos operacionais		8.742	9.080	8.598	8.686
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		10.728	10.979	10.643	10.467
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(213)	(479)	(233)	(505)
Alienação de bens do ativo imobilizado e intangível	11	9	3	9	-
Aumento de capital em subsidiária	10	(114)	(296)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(318)	(772)	(224)	(505)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações	14	9.024	8.790	9.024	8.790
Pagamento de principal - Empréstimos e financiamento	14	(8.277)	(9.169)	(8.277)	(9.169)
Pagamentos de juros - Empréstimos e financiamento	14	(969)	(1.426)	(969)	(1.426)
Pagamentos de principal - Passivo de arrendamento	19	(588)	(601)	(591)	(605)
Pagamentos de juros - Passivo de arrendamento	19	(445)	(454)	(450)	(459)
Recursos provenientes da emissão de ações		-	622	-	622
Pagamento de gastos com emissão de ações		-	(20)	-	(20)
Fornecedores risco sacado (convênio)	13	(9.598)	(7.141)	(9.598)	(7.141)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(10.853)	(9.399)	(10.861)	(9.408)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(443)	808	(442)	554
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	2.525	1.717	2.573	2.019
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	2.082	2.525	2.131	2.573
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(443)	808	(442)	554
Informações complementares de itens que não afetaram caixa					
Aquisição de imobilizado e intangível por meio de financiamento	11 e 12	37	81	43	81

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Valor Adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
 Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receitas		31.253	33.077	31.390	33.255
Venda de mercadorias e serviços	22	32.249	34.207	32.414	34.432
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	6 (c)	(1.009)	(1.132)	(1.037)	(1.180)
Outras receitas		13	2	13	3
Insumos adquiridos de terceiros		(25.870)	(28.308)	(25.296)	(28.003)
Custo de mercadorias e serviços vendidos		(21.306)	(22.985)	(20.976)	(22.715)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.422)	(5.216)	(4.173)	(5.158)
Recuperação (perda) de valores ativos		(49)	(155)	(52)	(177)
Outros		(93)	48	(95)	47
Valor adicionado bruto		5.383	4.769	6.094	5.252
Depreciações e amortizações	11, 12 e 19	(1.038)	(1.102)	(1.072)	(1.139)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		4.345	3.667	5.022	4.113
Valor adicionado recebido em transferência		477	80	537	426
Resultado de equivalência patrimonial	10	16	(259)	66	50
Receitas financeiras	25	461	339	471	376
Valor adicionado total a distribuir		4.822	3.747	5.559	4.539
Distribuição do valor adicionado		4.822	3.747	5.559	4.539
Pessoal		2.858	3.245	3.470	3.946
Remuneração direta		1.631	1.604	2.123	2.149
Benefícios		206	236	248	282
FGTS		165	186	209	237
Demandas judiciais trabalhistas		812	1.201	824	1.234
Outras despesas com pessoal		44	18	66	44
Impostos, taxas e contribuições		291	(360)	422	(300)
Federais		(286)	(1.089)	(176)	(1.045)
Estaduais		460	627	456	625
Municipais		117	102	142	120
Remuneração de capital de terceiros		2.718	3.487	2.712	3.518
Juros	25	2.660	3.392	2.658	3.417
Aluguéis		65	84	66	86
Outros		(7)	11	(12)	15
Remuneração de capitais próprios		(1.045)	(2.625)	(1.045)	(2.625)
Prejuízo do exercício		(1.045)	(2.625)	(1.045)	(2.625)
Valor adicionado total distribuído		4.822	3.747	5.559	4.539

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional

O Grupo Casas Bahia S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Grupo Casas Bahia”), listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código BHIA3, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo – Brasil.

O Grupo Casas Bahia S.A. é um varejista omnicanal de alcance nacional no Brasil, servindo a milhões de consumidores em suas lojas físicas e *e-commerce* (1P e *marketplace*), por meio das marcas Casas Bahia, Ponto Frio, Extra.com.

As soluções financeiras do Grupo Casas Bahia atendem milhões de clientes através de seu próprio modelo de crediário (*buy now, pay later*), e seu *marketplace* com mais de 171 mil parceiros (*sellers*) e mais de 80 milhões SKUs, oferecendo soluções e serviços, como o *fulfillment*, utilizando a rede logística de operação nacional da Companhia.

2. Apresentação e elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas adotam o Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros e remuneração baseada em ações mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Declaração de conformidade

A autorização para emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de março de 2025.

2.4. Continuidade operacional

Como parte do processo de elaboração das demonstrações financeiras a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

2.5. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões.

2.6. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração da Companhia utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas incluem, portanto, estimativas e premissas referentes principalmente as perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros. O resultado efetivo das transações e informações podem divergir dessas estimativas.

2.7. Alongamento do perfil da dívida

No dia 28 de abril de 2024, a Companhia anunciou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que distribuiu um pedido de Recuperação Extrajudicial (“RE”) a fim de implementar de maneira segura, efetiva e transparente o reperfilamento de dívidas financeiras quirografárias da ordem de R\$4.080 (“Créditos Sujeitos”), decorrentes de suas 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures e CCB emitidas junto a Instituições Financeiras.

No dia 19 de junho de 2024, a Companhia anunciou que o Plano de RE (“PRE”) foi homologado. Dessa forma, em 26 de julho de 2024, a Companhia procedeu com a sua 10ª emissão de debêntures, em substituição às dívidas financeiras quirografárias sujeitas ao PRE, vide nota explicativa nº 14.

O PRE contempla o alongamento do cronograma de amortização dos Créditos Sujeitos, incluindo uma carência de 24 meses (2 anos) para pagamento de juros e de 30 meses (2,5 anos) para pagamento de principal, e prazo total de amortização de 78 meses (6,5 anos), com remuneração de CDI + 1,0% a 1,5%. Contempla, ainda, a possibilidade dos Credores Sujeitos Apoiadores (conforme definido no PRE) converterem parte dos Créditos Sujeitos em participação societária na Companhia, durante uma janela de tempo compreendido entre 18 e 36 meses contados da aprovação do PRE.

2.8. FIDC IBCB

A Companhia iniciou as operações do FIDC IBCB com o objetivo de adquirir os direitos creditórios originários de operações realizados entre a Companhia e seus fornecedores.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, prazo de vigência 2 anos (sendo que este prazo poderá ser estendido a critério dos cotistas do Fundo) e suas cotas serão objeto de amortizações durante seu prazo de vigência.

A Companhia possui a titularidade de todas as cotas subordinadas do Fundo, o que a deixa substancialmente exposta aos riscos e benefícios relacionados ao Fundo, por isso, suas informações financeiras estão consolidadas nas informações financeiras do Grupo Casas Bahia.

3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

A Administração avalia as emissões e/ou alterações das IFRS emitidas pelo IASB e seus respectivos impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3.1. Normas ou alterações aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Alterações do CPC3 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa

As alterações acrescentaram um objetivo de divulgação no CPC3 (R2) (IAS 7), afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. A nota explicativa nº 13 (b) contém as divulgações relacionadas a estas alterações.

Para fins de comparabilidade dos saldos de 31 de dezembro de 2024, a Companhia adotou as alterações acima descritas na Demonstração dos fluxos de caixa individual e consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em conformidade com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. A seguir são apresentados os efeitos da exclusão dos valores que não envolveram caixa quando das contratações das transações de envolvendo Fornecedores Convênio (Risco Sacado), originalmente demonstrados como atividades operacionais e de financiamento:

	Controladora		
	Apresentação original	Eliminação dos efeitos não caixa	Reapresentação
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.536	6.443	10.979
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(772)	-	(772)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.956)	(6.443)	(9.399)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	808	-	808

	Consolidado		
	Apresentação original	Eliminação dos efeitos não caixa	Reapresentação
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.024	6.443	10.467
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(505)	-	(505)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.965)	(6.443)	(9.408)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	554	-	554

Alterações da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes)

As alterações definem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes deve se basear nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. A Companhia avaliou os impactos da norma, e a classificação atual dos seus passivos refletem as condições contratuais.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alterações da IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

As alterações da IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “*sale and leaseback*” que satisfazem as exigências da IFRS 15 (CPC 47) – Reconhecimento de Receita para fins de contabilização como venda. Essa alteração determina como um arrendatário mensurar transações de venda do imóvel, de modo que satisfaça os requisitos de contabilização previstos na IFRS 15. A Companhia avaliou os impactos da norma e alteração não gerou impactos em seus saldos contábeis.

3.2. Normas novas ou alterações emitidas e ainda não aplicáveis

A Companhia pretende adotar as normas, se aplicável, quando estas entrarem em vigor. Os impactos da adoção das normas listadas abaixo estão sendo avaliadas, exceto se indicado a seguir:

Alterações da IAS 21 – Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio

Estabelece que sejam utilizadas abordagens consistentes para avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Companhia não prevê impactos em seus saldos contábeis.

Alterações das normas IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

Alterações da IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

Estabelece novos requerimentos para a apresentação de categorias específicas na demonstração do resultado, apresentação das medidas de desempenho definidas pela Administração e melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

Emissão da norma IFRS S1 – Divulgações gerais

Estabelece os requisitos gerais para uma empresa divulgar informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base nas normas do *International Sustainability Standards Board* (“ISSB”). A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

Emissão da norma IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao clima

Estabelece os requisitos para as empresas divulgarem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com o clima. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base nas normas do ISSB. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

Emissão da norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras

Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das Demonstrações Financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

Emissão da norma IFRS 19 - Controladas sem obrigação legal de divulgação

Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as Demonstrações Financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Principais políticas contábeis

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando informações do Grupo Casas Bahia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

4.1 Consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas consideram investimentos em: Participações societárias classificados em Investimentos (nota explicativa nº 10) e fundos de investimentos classificados em "Títulos e valores mobiliários" (nota explicativa nº 5).

Na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia. Conseqüentemente, as coligadas e controladas que apresentam suas demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis distintas à da Controladora, sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis da Companhia. As empresas que compõem a consolidação da Companhia são:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Asap Log - Logística e Soluções Ltda. ("Asap Logística")	100,00%	-	100,00%	-
Asap Log Ltda. ("Asap Log")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi Cartões Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi Adm")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento S.A. ("BNQI")	-	100,00%	-	100,00%
Casas Bahia Tecnologia Ltda. ("CB Tecnologia")	16,19%	83,81%	16,19%	83,81%
Celer Processamento Comércio e Serviço Ltda. ("BanQi Pagamentos")	-	100,00%	-	100,00%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova")	100,00%	-	100,00%	-
CNT Soluções em Negócios Digitais e Logística Ltda. ("CNT Soluções")	-	100,00%	-	100,00%
CNTLog Express Logística e Transporte Ltda. ("CNT Express")	-	100,00%	-	100,00%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administradora de Consórcios Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Íntegra Soluções para Varejo Digital Ltda. ("Íntegra")	-	100,00%	-	100,00%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("Lake")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Coligadas				
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	14,24%	-	14,24%
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	50,00%	-	50,00%
Distrito Tecnologia e Serviços S.A. ("Distrito")	-	16,67%	-	16,67%
Fundos de investimentos em direitos creditórios ("FIDC's")				
BanQi Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC NP")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi EP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC EP")	-	100,00%	-	100,00%
IBCB-AF01 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC IBCB") (i)	39,83%	-	-	-

(i) A Companhia possui a titularidade de todas as cotas subordinadas do Fundo, o que a deixa substancialmente exposta aos riscos e benefícios relacionados ao Fundo, por isso, suas informações financeiras estão consolidadas nas informações financeiras do Grupo Casas Bahia.

Descrição das principais controladas

Bartira

A Bartira fundada em 11 de maio de 1962, tem por objetivo a fabricação e comercialização de móveis em geral, com predominância em madeira.

Lake

A Lake é uma *holding* que tem por objetivo concentrar as participações da Companhia nas empresas financeiras: FIC, BINV, BanQi, BNQI e BanQi Adm.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Asap Logística e Asap Log

A Asap Logística e a Asap Log têm como principal objetivo otimizar as operações logísticas do Grupo Casas Bahia, tendo como foco principal a administração logística entre as lojas e centros de distribuição da Companhia.

CNT Soluções e CNT Express

As CNT's são *logtechs* especializadas em ofertas completas para operações de *e-commerce*, *multi-marketplace* e plataformas no modelo *plug & play*, atuando em (i) *fulfillment* e (ii) *fullcommerce (white label)* através de soluções personalizadas e baseada em tecnologias próprias.

BanQi

O BanQi atua como carteira 100% digital, através do aplicativo do BanQi, os clientes do Grupo Casas Bahia têm acesso ao carnê Casas Bahia digitalmente e podem fazer consultas, pagamentos e controlar as parcelas sem a necessidade de ir até uma das lojas. O aplicativo também fornece acesso a diversos serviços bancários.

4.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Reconhecimento inicial e mensuração

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, para que seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros, são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, com mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado ou derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. É classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação.

Mensuração subsequente de ativos financeiros

Mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber (exceto Contas a receber de Administradoras de cartões de crédito), Partes relacionadas e Instrumentos financeiros.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a variação cambial e as perdas (ou reversões de) redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem saldos de Contas a Receber - Administradoras de cartões de crédito.

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia não possui ativos financeiros com essas características.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, para mensuração das perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base em características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante o período de 12 meses e as perdas de crédito históricas correspondentes, incorridas durante esse período, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e para o ambiente econômico.

c) Mensuração subsequente de passivos financeiros

Mensurados ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia mensurados a custo amortizado incluem Fornecedores, Fornecedores portal, Fornecedores risco sacado (convênio), Empréstimos e financiamentos (exceto a 2ª série da 10ª emissão de debêntures da Companhia), Passivo de arrendamento, Partes relacionadas e Repasse a terceiros.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui instrumento financeiro híbrido, e o respectivo passivo financeiro da Companhia foi mensurado a valor justo por meio do resultado e compreende a 2ª série da 10ª emissão de debêntures da Companhia, conforme mencionado no item a seguir.

Derivativo embutido

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (i) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (ii) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (iii) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado.

Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique, significativamente, os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

O derivativo embutido da Companhia é composto pelas debêntures da Companhia e a opção de conversão em ações da 2ª série da 10ª emissão de debêntures da Companhia.

d) Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros forem atendidos. O passivo financeiro classificado como valor justo por meio do resultado é a 2ª série da 10ª emissão de debêntures da Companhia.

e) Desreconhecimento de instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativo financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa expiraram;
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e, (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo financeiro

Um passivo financeiro é desreconhecido quando:

- A obrigação especificada no contrato for liquidada ou cancelada;
- Um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes;
- Os termos de um passivo existente são substancialmente modificados.

A Companhia avalia periodicamente se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer tal avaliação, a Companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida.

f) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no Balanço patrimonial da Companhia se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

4.3 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é considerado praticamente certo.

4.4 Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de sua demonstração financeira individual e consolidada, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras, registros complementares e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

As demais políticas contábeis significativas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a) Política contábil

Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

b) Composição dos saldos

Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média ponderada (a.a.)	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas bancárias		144	133	150	144
Aplicações financeiras compromissadas	87,49% do CDI	1.899	2.375	1.938	2.409
Aplicações financeiras automáticas (i)	5,27% do CDI	39	17	43	20
Caixa e equivalentes de caixa		2.082	2.525	2.131	2.573

(i) Referem-se a aplicação dos recursos disponíveis em conta corrente com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, resgatados automaticamente no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

Títulos e valores mobiliários

	Taxa média ponderada (a.a.)	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
FIDC's (i)	NA	203	-	-	-
Títulos públicos	100,00% da Selic	258	-	283	-
Títulos e valores mobiliários		461	-	283	-

(i) Refere-se à participação da Companhia no FIDC IBCB vide detalhes na nota explicativa nº 2.8.

6. Contas a receber

a) Política contábil

Os saldos registrados no contas a receber referem-se às atividades operacionais da Companhia decorrentes da venda de bens e serviços. As demais contas a receber não relacionados às atividades operacionais são reconhecidos na rubrica "Outros ativos".

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso de Administradoras de cartões de crédito e (ii) custo amortizado, para todas as demais carteiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração dos saldos de contas a receber de Administradoras de cartões de crédito tem como base, operações comparáveis realizadas regularmente pela Companhia, enquanto os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado seguem o método da taxa efetiva de juros de cada operação. Para todas as carteiras há a consideração da perda estimada, reconhecida no resultado, conforme métodos explicados a seguir:

- A Companhia utiliza formas distintas para a avaliação de perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa para cada uma das carteiras. As carteiras são divididas entre: Crediário Casas Bahia, Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras;
- Para calcular a perda esperada da carteira de Crediário Casas Bahia, a Companhia se baseia nos perfis de pagamento de vendas durante o período de 12 meses e as perdas de crédito históricas correspondentes, incorridas durante esse período, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e ambiente econômico, além disso, os títulos vencidos há mais de 180 dias são baixados quando a Companhia não tem expectativa de recuperação do contas a receber;
- Para as carteiras de Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras, a Companhia utiliza-se do histórico por meio de matriz de perdas para aplicar perdas estimadas.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Administradoras de cartões de crédito	527	245	532	273
Crediário Casas Bahia	6.178	5.355	6.178	5.355
Juros a apropriar	(1.980)	(1.656)	(1.980)	(1.656)
Contas a receber – B2B (i)	313	370	313	370
Outras contas a receber	531	114	733	363
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou “PDD”)	(694)	(645)	(720)	(685)
	4.875	3.783	5.056	4.020
Circulante	4.435	3.351	4.616	3.588
Não circulante	440	432	440	432

(i) A sigla B2B significa “*business-to-business*”, uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

c) Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo no início do exercício	(645)	(646)	(685)	(648)
Combinação de negócios	-	-	-	(11)
Perdas estimadas registradas no exercício	(1.009)	(1.132)	(1.037)	(1.180)
Baixas de contas a receber, líquido de recuperação	960	1.133	1.002	1.154
Saldo no fim do exercício	(694)	(645)	(720)	(685)
Circulante	(629)	(580)	(655)	(620)
Não circulante	(65)	(65)	(65)	(65)

d) Composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por tipo de recebível

Tendo em vista o estado de calamidade pública decretado no Estado do Rio Grande do Sul, a Companhia realizou análise dos possíveis impactos em suas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa referentes aos recebíveis cujos devedores estejam localizados ou possuam operações relevantes no Rio Grande do Sul ou que, de outra forma, poderiam claramente estar sendo impactados pelos eventos ocorridos no Rio Grande do Sul e concluiu não ter impactos relevantes.

	Controladora					
	31.12.2024			31.12.2023		
	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido
Administradoras de cartão de crédito	527	-	527	245	-	245
Crediário Casas Bahia	6.178	(626)	5.552	5.355	(595)	4.760
Contas a receber "B2B" (i)	313	(37)	276	370	(8)	362
Outras contas a receber	531	(31)	500	114	(42)	72
	7.549	(694)	6.855	6.084	(645)	5.439

	Consolidado					
	31.12.2024			31.12.2023		
	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido
Administradoras de cartão de crédito	532	-	532	273	-	273
Crediário Casas Bahia	6.178	(626)	5.552	5.355	(595)	4.760
Contas a receber "B2B" (i)	313	(37)	276	370	(8)	362
Outras contas a receber	733	(57)	676	363	(82)	281
	7.756	(720)	7.036	6.361	(685)	5.676

(i) A sigla B2B significa "business-to-business", uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

e) Composição por período de vencimento do contas a receber, antes da redução das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e dos juros a apropriar

	Controladora											
	31.12.2024					31.12.2023					Total	
	A vencer	Vencidos				A vencer	Vencidos					
	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias		Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias			
Administradoras de cartão de crédito	525	-	-	-	2	527	244	-	-	-	1	245
Crediário Casas Bahia	5.743	181	93	68	93	6.178	4.941	167	90	66	91	5.355
Contas a receber "B2B" (i)	245	36	3	1	28	313	223	23	16	22	86	370
Outras contas a receber	375	105	10	8	33	531	65	15	5	4	25	114
	6.888	322	106	77	156	7.549	5.473	205	111	92	203	6.084

	Consolidado											
	31.12.2024					31.12.2023					Total	
	A vencer	Vencidos				A vencer	Vencidos					
	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias		Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias			
Administradoras de cartão de crédito	530	-	-	-	2	532	271	-	-	-	2	273
Crediário Casas Bahia	5.743	181	93	68	93	6.178	4.941	167	90	66	91	5.355
Contas a receber "B2B" (i)	245	36	3	1	28	313	223	23	16	22	86	370
Outras contas a receber	535	118	14	10	56	733	230	42	12	8	71	363
	7.053	335	110	79	179	7.756	5.665	232	118	96	250	6.361

(i) A sigla B2B significa "business-to-business", uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

6.1 Contas a receber – Crédito Direto ao Consumidor (Crediário Casas Bahia)

a) Composição dos saldos

Correspondem aos recebíveis das vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (“Crediário Casas Bahia”), conforme nota explicativa nº 14(a)(i), que podem ser parcelados em até 24 meses, cujo prazo médio de recebimento é de 14 meses com taxa média de juros de 171,34% a.a. A seguir são apresentados os saldos brutos dos carnês e o montante de juros a incorrer de acordo com os prazos acordados.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	5.539	4.770
Não Circulante	639	585
Total (a)	6.178	5.355
Juros a apropriar	(1.980)	(1.656)
Crediário Casas Bahia, líquido de juros a apropriar	4.198	3.699
PECLD (PDD) (b)	(626)	(595)
(%) PECLD (PDD) sobre Crediário Casas Bahia (b) / (a)	10,1%	11,1%

b) Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do Crediário Casas Bahia

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Saldo no início do exercício	(595)	(627)
Perdas estimadas registradas no exercício	(1.009)	(990)
Baixas de contas a receber, líquido de recuperação	978	1.022
Saldo no fim do exercício	(626)	(595)
Circulante	(561)	(530)
Não circulante	(65)	(65)

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou vendas de carteiras de clientes inadimplentes há mais de 180 dias pelo montante de R\$192 (R\$83 em 31 de dezembro de 2023).

7. Estoques

a) Política contábil

O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e para que estejam em condições de venda.

Os estoques estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de marketing, entre outros. As bonificações são registradas no resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Estimativas e premissas contábeis

O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e despesas diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e sucateamento, obtidos por meio de análise da perda histórica.

O valor realizável líquido é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de:

- (i) Tributos incidentes sobre a venda;
- (ii) Despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; e
- (iii) Custo dos estoques.

c) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lojas	2.164	2.051	2.164	2.051
Centros de distribuição	2.573	2.352	2.607	2.380
Almoxarifado	15	21	16	22
Perda estimada ao valor realizável líquido	(91)	(99)	(92)	(100)
	4.661	4.325	4.695	4.353

d) Movimentação das perdas estimadas para redução dos estoques ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo no início do exercício	(99)	(39)	(100)	(39)
Reversões (adições)	(36)	(136)	(39)	(140)
Perdas realizadas	44	76	47	79
Saldo no fim do exercício	(91)	(99)	(92)	(100)

8. Tributos a recuperar

a) Política contábil

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A expectativa de realização dos tributos é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação vigente e na geração de débitos para consumo desses créditos por operação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia reavaliou as expectativas de realização de créditos tendo como base as alterações de seus planos orçamentários e logísticos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
ICMS a recuperar (i)	1.995	2.650	2.009	2.653
PIS e COFINS a recuperar (ii)	3.368	2.511	3.526	2.656
Imposto de renda e contribuição social	232	241	260	265
Outros	182	271	187	278
	5.777	5.673	5.982	5.852
Circulante	1.304	1.629	1.352	1.663
Não circulante	4.473	4.044	4.630	4.189

(i) Realização do crédito de ICMS

O plano de realização do crédito de ICMS (monetização) é acompanhado periodicamente com intuito de garantir o cumprimento das premissas estabelecidas. Sempre que necessário, são realizadas revisões nas premissas estabelecidas com o objetivo de refletir no plano os eventos de negócio, permitindo assim ter maior controle da realização dos referidos créditos.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudos técnicos de recuperação, e com base na expectativa futura de desempenho operacional, entende ser viável a compensação futura dos referidos créditos. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com suporte em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia acredita que as premissas estabelecidas estão aderentes e refletem a melhor expectativa de realização dos referidos créditos.

Cabe ainda destacar que a realização dos referidos créditos também pode ocorrer através de processo de ressarcimento junto às Secretarias da Fazenda Estaduais mediante a apresentação dos documentos fiscais e arquivos digitais relativos as operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento.

A Companhia firmou contratos de venda de crédito de ICMS no valor de R\$890 em exercícios anteriores e concluiu as transferências desses créditos durante o exercício de 2024.

(ii) Reconhecimento de crédito de PIS e COFINS - Terceiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS de terceiros no montante de R\$683, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. O respectivo crédito tão logo seja compensado pela Companhia e homologado em definitivo pela Receita Federal do Brasil deverá ser repassado integralmente líquido de impostos para terceiros, razão pela qual a Companhia também registrou montante equivalente no passivo não circulante no grupo de "Outros Passivos".

c) Expectativa de realização dos tributos a recuperar

	Controladora				
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	Total
2025	423	796	71	14	1.304
2026	1.087	968	-	114	2.169
2027	293	806	-	54	1.153
2028	129	476	-	-	605
2029	63	322	-	-	385
Mais de 5 anos	-	-	161	-	161
	1.995	3.368	232	182	5.777

	Consolidado				
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	Total
2025	437	806	91	18	1.352
2026	1.087	968	-	114	2.169
2027	293	806	-	55	1.154
2028	129	476	-	-	605
2029	63	470	-	-	533
Mais de 5 anos	-	-	169	-	169
	2.009	3.526	260	187	5.982

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

	Balço Patrimonial				Demonstração do resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Bartira (a)	124	141	-	-	(415)	(323)	-	-
Aquisição de mercadorias	(25)	(41)	-	-	(415)	(323)	-	-
Adiantamentos	149	182	-	-	-	-	-	-
Asap Logística (b)	(185)	(210)	-	-	(305)	(282)	-	-
Serviços contratados – Fretes	(159)	(187)	-	-	(305)	(282)	-	-
Outros	(26)	(23)	-	-	-	-	-	-
Asap Log (b)	1	1	-	-	(59)	(55)	-	-
Serviços contratados – Fretes	(3)	(3)	-	-	(59)	(55)	-	-
Outros	4	4	-	-	-	-	-	-
CB Tecnologia (c)	(132)	(130)	-	-	(336)	(367)	-	-
Serviços contratados - TI	(132)	(130)	-	-	(336)	(367)	-	-
Íntegra	8	1	-	-	17	-	-	-
Venda de mercadorias	8	1	-	-	17	-	-	-
BanQi IP (f)	3	17	-	-	(20)	(13)	-	-
Comissões	(12)	(5)	-	-	(20)	(13)	-	-
Adiantamentos	17	16	-	-	-	-	-	-
Outros	(2)	6	-	-	-	-	-	-
FIDC IBCB (e)	(444)	-	-	-	(13)	-	-	-
Fornecedores portal	(241)	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores convênio	(203)	-	-	-	(13)	-	-	-
Celer	-	3	-	-	-	-	-	-
Repasse de despesas administrativas	-	3	-	-	-	-	-	-
GAS (h)	(16)	-	-	-	(1)	-	-	-
Mútuo	(16)	-	-	-	(1)	-	-	-
GAC (h)	(36)	-	-	-	(1)	-	-	-
Mútuo	(36)	-	-	-	(1)	-	-	-
Lake (h)	(106)	-	-	-	(6)	-	-	-
Mútuo	(106)	-	-	-	(6)	-	-	-
Controladas – Saldo líquido	(783)	(177)	-	-	(1.139)	(1.040)	-	-

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Balanco Patrimonial				Demonstração do resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
CBEP (g) (i)	363	393	410	437	26	(14)	27	(7)
Demandas judiciais	363	393	410	437	26	(8)	27	(1)
Aluguel	-	-	-	-	-	(6)	-	(6)
FIC (d)	(1)	(2)	(1)	(2)	(8)	(19)	(8)	(19)
Repasso - Corban	(1)	(1)	(1)	(2)	-	-	-	-
Contas a pagar – Antecipações	-	(1)	-	-	(1)	(12)	(1)	(12)
Taxas	-	-	-	-	(7)	(7)	(7)	(7)
BINV (d)	(1)	-	(1)	-	(16)	(42)	(16)	(42)
Repasso - Corban	(1)	(1)	(1)	(1)	-	-	-	-
Contas a pagar – Antecipações	-	-	-	-	(19)	(47)	(19)	(47)
Comissões - Corban	-	1	-	1	3	5	3	5
Outras – Saldo líquido	361	391	408	435	2	(75)	3	(68)
Partes relacionadas – Saldo líquido	(422)	214	408	435	(1.137)	(1.115)	3	(68)
Ativo circulante	501	500	295	268				
Ativo não circulante	75	126	122	170				
Passivo circulante	(998)	(410)	(9)	(3)				
Passivo não circulante	-	(2)	-	-				

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações com partes relacionadas, são oriundas de transações que a Companhia mantém com suas controladas e com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições usuais de mercado acordadas entre as partes, sendo as principais:

- a. **Operações de venda de mercadorias:** A Bartira vende móveis à Companhia.
- b. **Operações de fretes:** A Asap Logística e a Asap Log realizam operações de fretes à Companhia.
- c. **Desenvolvimento de sistemas:** A CB Tecnologia realiza desenvolvimentos de sistemas à Companhia.
- d. **Operações de crédito:** A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC e pela BINV.

A FIC e BINV atuam também como operadoras de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de clientes, esses saldos estão registrados na rubrica “Contas a receber” em “Administradoras de cartões de crédito” (vide nota explicativa nº 6). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC e BINV era de R\$20 (R\$23 em 31 de dezembro de 2023).

e. **Operações de antecipação a fornecedores:** O FIDC IBCB, atua nas operações de “Fornecedores portal” e “Fornecedores convênio” (vide detalhes das operações na nota explicativa nº 13(a)). Todos os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo são liquidados pela Companhia.

f. **Aplicativo BanQi:** A Companhia paga comissões pelas operações de conta digital realizadas através do aplicativo do BanQi IP.

g. **Operações de aluguéis:** A Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 161 imóveis com a CBEP. Esses saldos estão registrados nas rubricas de “Direito de uso” e “Passivo de arrendamento”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

	Ativo (Passivo)			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo de direito de uso	482	684	507	709
Passivo de arrendamento	(796)	(1.072)	(835)	(1.111)
	(314)	(388)	(328)	(402)

	Depreciação e juros apropriados			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Depreciação	(86)	(103)	(90)	(107)
Juros apropriados	(107)	(145)	(112)	(150)
	(193)	(248)	(202)	(257)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

h. Contratos de mútuo com controladas: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia captou R\$147 através de contratos de mútuos, com prazo de 1 ano e remuneração de 100% do CDI.

Mútuo		
Empresas	Data da captação	31.12.2024
GAC	20/08/2024	(36)
GAS	29/04/2024	(16)
Lake	29/04/2024	(82)
Lake	03/10/2024	(24)

i. Acordo de Associação: Em 2010, foi celebrado um “Acordo de Associação” entre a Companhia, CBD, CBEP e sócios da CBEP que, dentre outros aspectos, assegurou à Companhia o direito de ser indenizada por CBD, CBEP e sócios da CBEP por eventuais perdas e/ou danos, geradas por demandas judiciais e/ou reembolso de despesas cujo fato gerador tenha ocorrido durante o período de gestão dos antigos controladores da Companhia e das empresas mencionadas do referido Acordo de Associação. A Companhia tem mantido os termos contratuais do Acordo de Associação até a data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

Em 14 de junho de 2019, a CBD realizou a venda integral da sua participação acionária da Companhia. A partir dessa data, os montantes a receber de CBD passaram a ser reconhecidos na rubrica de outros ativos no ativo circulante.

j. Remuneração da Administração: As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta Administração (diretores estatutários e membros do Conselho de Administração), registradas na Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram as seguintes:

	31.12.2024				31.12.2023			
	Benefícios de curto prazo	Benefícios de longo prazo	Remuneração baseada em ações	Pós emprego e rescisórios	Total	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações (i)	Total
Diretoria	37	4	2	2	45	30	(2)	28
Conselho de Administração	9	-	-	-	9	6	-	6
Conselho Fiscal	1	-	-	-	1	1	-	1
	47	4	2	2	55	37	(2)	35

Em 30 de março de 2024, a Companhia fixou a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício de 2024 no valor de R\$ 53 (Não inclui as provisões para remuneração baseada em ações).

(i) A remuneração baseada em ações foi impactada por ações de compra não exercidas

10. Investimentos

a) Política contábil

Controladas são todas as entidades que o Grupo Casas Bahia detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. O controle é definido:

- (i) Pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas;
- (ii) Por sua habilidade de utilizar esse poder; e
- (iii) Pela sua exposição aos retornos dessas entidades.

As Demonstrações Financeiras das controladas estão incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido. Quando ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação das Demonstrações Financeiras da até então controlada é interrompida. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício quando há a perda de controle.

Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos nas empresas controladas e coligadas, nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora, encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com esse método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes, em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos.

Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos dessas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

b) Saldos e movimentação

Empresas controladas	Controladora							31.12.2023
	31.12.2022	Incorporação	Aumento de capital	Lucros não realizados nos estoques	Distribuição de dividendos	Equivalência por resultado	Pagamento baseado em ações	
Lake	744	-	61	-	-	(13)	(1)	791
Bartira	755	-	-	7	-	10	-	772
Asap Logística	220	(17)	223	-	-	(137)	-	289
Cnova	231	-	12	-	-	(117)	3	129
CB Tecnologia	-	17	-	-	-	-	1	18
Outros	49	-	-	-	(15)	(9)	-	25
Total	1.999	-	296	7	(15)	(266)	3	2.024

Empresas controladas	Controladora						31.12.2024
	31.12.2023	Aumento de capital	Lucros não realizados nos estoques	Equivalência por resultado	Pagamento baseado em ações		
Lake	791	107	-	59	-	957	
Bartira	772	-	2	22	-	796	
Asap Logística	289	-	-	(36)	-	253	
Cnova	129	6	-	(30)	1	106	
CB Tecnologia	18	-	-	(3)	-	15	
Outros	25	1	-	2	-	28	
Total	2.024	114	2	14	1	2.155	

Consolidado				
Empresas coligadas	31.12.2022	Equivalência por resultado	Distribuição de dividendos	31.12.2023
FIC	200	42	(16)	226
BINV	49	8	(1)	56
Distrito	16	-	-	16
Total	265	50	(17)	298

Consolidado				
Empresas coligadas	31.12.2023	Equivalência por resultado	Distribuição de dividendos	31.12.2024
FIC	226	50	(99)	177
BINV	56	16	(2)	70
Distrito	16	-	-	16
Total	298	66	(101)	263

c) Informações financeiras resumidas das coligadas

FIC e BINV

São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e do Grupo Casas Bahia. A BINV é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A., enquanto a FIC é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A e a CBD. A Companhia exerce influência significativa nessas instituições, mas não o controle. Em 31 de dezembro de 2024, a participação da Companhia no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake.

Distrito

O Distrito é um *hub* de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberto, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, *startups*, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. A Companhia exerce influência significativa no Distrito, mas não o controle. Em 31 de dezembro de 2024, a participação da Companhia no capital votante total do Distrito corresponde a 16,67%, oriundo do investimento realizado pela controlada Cnova.

A seguir, apresentamos informações referentes as coligadas que a Companhia julga como relevantes para o cálculo da equivalência patrimonial:

	FIC		BINV	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Balanco patrimonial				
Ativo circulante	9.674	9.649	909	984
Ativo não circulante	1	1	-	-
Ativo total	9.675	9.650	909	984
Passivo circulante	8.263	7.892	773	876
Patrimônio líquido (i)	1.412	1.758	136	108
Passivo e patrimônio líquido total	9.675	9.650	909	984
Demonstração do resultado				
Lucro líquido	349	293	32	16

(i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Imobilizado

a) Política contábil

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada período e ajustados de forma prospectiva. As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas:

Categoria de ativos	Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2024
Edifícios	60
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24
Máquinas e equipamentos	14
Equipamentos de informática	9
Instalações	15
Móveis e utensílios	13
Veículos	12
Outros	5

Revisão de vida útil

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), a Companhia revisou as estimativas relacionadas à vida útil de seus ativos imobilizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Durante o exercício de 2024, foi realizada uma análise técnica detalhada dos ativos imobilizados, considerando o desempenho operacional, o plano de manutenção e as condições econômicas e tecnológicas atuais. Como resultado dessa análise, a Companhia identificou a necessidade de alterar a vida útil estimada de determinados ativos, a fim de refletir de forma mais fiel sua expectativa de uso futuro.

A mudança de estimativa contábil impactou principalmente os seguintes grupos de ativos:

Categoria de ativos	Vida útil atual	Vida útil anterior
Edifícios	60	40
Benfeitorias em imóveis de terceiros	24	15
Máquinas e equipamentos	14	10
Equipamentos de informática	9	6
Instalações	15	13
Móveis e utensílios	13	10
Veículos	12	4
Outros	5	5

Essa alteração foi aplicada prospectivamente a partir de 01 de janeiro de 2024, conforme exigido pelo CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O impacto dessa mudança nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi uma redução no valor da depreciação de R\$32.

Essa mudança não representa um erro em estimativas anteriores, mas sim uma revisão em função de novos dados e condições identificados no decorrer do exercício. A Companhia continuará monitorando periodicamente a adequação das vidas úteis dos ativos imobilizados.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando estão diretamente relacionadas à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas ao custo dos produtos e posteriormente registradas no “Custo das mercadorias e serviços vendidos” de acordo com a venda dos estoques.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, sendo que o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

Anualmente a Companhia realiza o teste de *impairment* de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras.

b) Estimativas e premissas contábeis

A Companhia entende que suas Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) são suas lojas, e realiza o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado neste nível. O teste é realizado considerando as seguintes etapas:

- (i) As UGC’s que apresentarem margem bruta negativa, nos últimos 12 meses, seguem para a próxima etapa;
- (ii) Elabora-se o fluxo de caixa esperado das UGC’s identificadas para os próximos 10 anos e compara-se o resultado com o valor contábil;
- (iii) Em caso de lojas próprias com valor em uso abaixo do valor contábil, a Companhia solicita a avaliação de especialistas independentes para obter o valor de mercado do imóvel.

São utilizadas para o teste de recuperabilidade a margem EBITDA, o crescimento de vendas e a taxa de desconto. A margem EBITDA utilizada para o teste varia entre as UGC’s devido ao resultado apresentado pela UGC no último ano. A taxa de desconto utilizada no teste de *impairment* reflete o custo de capital da Companhia (WACC).

O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (e) desta nota explicativa.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	31.12.2024			31.12.2023			31.12.2024			31.12.2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	9	-	9	9	-	9	11	-	11	11	-	11
Edifícios	9	(7)	2	9	(7)	2	11	(9)	2	11	(9)	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.396	(694)	702	1.381	(633)	748	1.403	(695)	708	1.388	(633)	755
Máquinas e equipamentos	359	(238)	121	351	(219)	132	562	(396)	166	554	(373)	181
Equipamentos de informática	801	(666)	135	792	(612)	180	811	(674)	137	801	(618)	183
Instalações	177	(91)	86	177	(81)	96	197	(99)	98	196	(89)	107
Móveis e utensílios	442	(306)	136	436	(278)	158	447	(311)	136	442	(282)	160
Veículos	6	(6)	-	6	(5)	1	10	(7)	3	10	(7)	3
Imobilizado em andamento	8	-	8	44	-	44	9	-	9	44	-	44
Outros	88	(65)	23	88	(58)	30	92	(67)	25	92	(60)	32
	3.295	(2.073)	1.222	3.293	(1.893)	1.400	3.553	(2.258)	1.295	3.549	(2.071)	1.478

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora										
	31.12.2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31.12.2023	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31.12.2024
Terrenos	9	-	-	-	-	9	-	-	-	-	9
Edifícios	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	616	15	(35)	(105)	257	748	5	(5)	(70)	24	702
Máquinas e equipamentos	131	5	-	(26)	22	132	3	(1)	(21)	7	120
Equipamentos de informática	180	15	-	(85)	70	180	3	2	(55)	5	135
Instalações	108	3	(2)	(13)	-	96	-	1	(11)	-	86
Móveis e utensílios	163	3	-	(33)	25	158	3	(3)	(31)	8	135
Veículos	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Imobilizado em andamento	414	17	(2)	-	(385)	44	10	-	-	(46)	8
Outros	26	6	(2)	(11)	11	30	1	-	(9)	2	24
	1.650	64	(41)	(273)	-	1.400	25	(6)	(197)	-	1.222

	Consolidado										
	31.12.2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31.12.2023	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31.12.2024
Terrenos	11	-	-	-	-	11	-	-	-	-	11
Edifícios	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	623	15	(35)	(105)	257	755	5	(5)	(71)	25	709
Máquinas e equipamentos	183	5	-	(30)	23	181	4	(1)	(25)	7	166
Equipamentos de informática	184	15	-	(86)	70	183	3	2	(56)	5	137
Instalações	120	4	(2)	(15)	-	107	1	1	(12)	1	98
Móveis e utensílios	165	3	-	(33)	25	160	3	(3)	(30)	6	136
Veículos	5	-	-	(2)	-	3	-	-	-	-	3
Imobilizado em andamento	415	17	(2)	-	(386)	44	10	-	-	(45)	9
Outros	29	7	(3)	(13)	12	32	1	-	(10)	1	24
	1.737	66	(42)	(284)	1	1.478	27	(6)	(204)	-	1.295

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Classificação da depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível na Demonstração do resultado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação e amortização no Custo de mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Depreciação e amortização	50	56	56	62

e) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O valor recuperável das UGC's foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos dez anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do decênio 2025-2034, conforme o planejamento estratégico da Companhia; e (ii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 17,25%. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos de 3,9% a.a.

Como resultado dessa análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificada a necessidade de registro de redução ao valor recuperável para os ativos imobilizados da Companhia.

12. Intangível

a) Política contábil

São compostos por ativos intangíveis da Companhia, basicamente pelo ágio gerado em combinações de negócio, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, *softwares* em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente e *softwares* adquiridos de terceiros.

Os gastos com o desenvolvimento de *software* para uso interno são reconhecidos como custo de ativos intangíveis, desde que atendam os critérios mínimos de reconhecimento. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, em uma combinação de negócios, todos os intangíveis identificados de forma confiável da investida, são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas têm vida útil indefinida, logo, não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável.

Os intangíveis gerados internamente e os gastos com desenvolvimento de *software* que não atendem os critérios mínimos de reconhecimento são registrados no resultado do exercício, quando incorridos.

Anualmente, ou sempre que houver indícios de incertezas na recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação.

As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível de vida útil definida são relacionadas a seguir:

Intangível	Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2024
Software e licenças	10
Direitos contratuais	13
Contrato Vantajoso	17
Fundo de comércio	5

Não houve mudança significativa no cálculo da vida útil média ponderada comparada com o ano anterior.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Estimativas e premissas contábeis

Conforme prática contábil descrita acima, a Companhia testa anualmente se o valor contábil do ágio por aquisição de investimentos em controladas deve ser ajustado para trazê-lo ao seu valor recuperável. A Companhia utiliza premissas baseadas em seu planejamento estratégico e nos indicadores de mercado para avaliação da recuperabilidade deste ágio. O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (d) desta nota explicativa.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	31.12.2024			31.12.2023			31.12.2024			31.12.2023		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio (i)	-	-	-	-	-	-	884	-	884	884	-	884
Softwares em desenvolvimento (ii)	97	-	97	206	-	206	103	-	103	210	-	210
Softwares e licenças (iii)	2.430	(918)	1.512	2.182	(706)	1.476	2.580	(983)	1.597	2.312	(749)	1.563
Direitos contratuais (iv)	251	(226)	25	251	(221)	30	251	(226)	25	251	(221)	30
Marcas e patentes (v)	-	-	-	-	-	-	50	-	50	50	-	50
Contrato vantajoso (vi)	-	-	-	-	-	-	38	(24)	14	38	(22)	16
Fundo de comércio (vii)	63	(62)	1	64	(61)	3	63	(62)	1	64	(62)	2
	2.841	(1.206)	1.635	2.703	(988)	1.715	3.969	(1.295)	2.674	3.809	(1.054)	2.755

- (i) **Ágio:** A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) decorrente da aquisição da: (a) Bartira em 2013, no montante de R\$627; (b) Asap Log em 2020, no montante de R\$3; (c) Airfox em 2020, no montante de R\$226; (d) I9XP em 2020, no montante de R\$11; (e) CNT em 2022, no montante de R\$17;
- (ii) **Softwares em desenvolvimento:** Referem-se aos *softwares* desenvolvidos pela Companhia para uso interno;
- (iii) **Softwares e licenças:** Referem-se às licenças de programas ou sistemas adquiridos de terceiros;
- (iv) **Direitos contratuais:** Referem-se à re aquisição dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estimada com base na data de término dos direitos readquiridos;
- (v) **Marcas e patentes:** Em consequência das combinações de negócios foram reconhecidos valores de marcas no montante de R\$50 com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida;
- (vi) **Contrato vantajoso:** Como parte da combinação de negócios da Bartira, o imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento, tendo Casa Bahia Comercial Ltda como arrendadora. Sua mensuração foi realizada com base em informações de transações comparáveis no mercado;
- (vii) **Fundo de comércio:** Referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais.

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora									
	31.12.2022	Adições	Amortização	Transferências	31.12.2023	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	31.12.2024
Softwares em desenvolvimento	880	279	-	(953)	206	84	(1)	-	(192)	97
Softwares e licenças	679	17	(173)	953	1.476	56	-	(212)	192	1.512
Direitos contratuais	35	-	(5)	-	30	-	-	(5)	-	25
Fundo de comércio	5	-	(2)	-	3	-	-	(2)	-	1
	1.599	296	(180)	-	1.715	140	(1)	(219)	-	1.635

	Consolidado											
	31.12.2022	Adições	Amortização	Baixas	Combinação de negócios	Transferências	31.12.2023	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	31.12.2024
Ágio	962	-	-	(75)	(3)	-	884	-	-	-	-	884
Softwares em desenvolvimento	893	298	-	(8)	-	(973)	210	94	(1)	(1)	(199)	103
Softwares e licenças	748	22	(191)	(7)	20	971	1.563	70	-	(235)	199	1.597
Direitos contratuais	35	-	(5)	-	-	-	30	-	-	(5)	-	25
Marcas e patentes	46	-	(1)	-	4	1	50	-	-	-	-	50
Contrato vantajoso	17	-	(4)	-	3	-	16	-	-	(2)	-	14
Fundo de comércio	3	-	(1)	-	-	-	2	-	-	(1)	-	1
	2.704	320	(202)	(90)	24	(1)	2.755	164	(1)	(244)	-	2.674

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível (*impairment*)

A Companhia analisa, pelo menos anualmente, se há indícios de que os ativos intangíveis com vida útil definida não são capazes de gerar benefícios econômicos futuros através de geração de receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela Companhia.

A Administração da Companhia efetua, pelo menos anualmente, análise, em conjunto com seu departamento de tecnologia da informação, com a finalidade de verificar se os projetos de *softwares* em andamento possuem viabilidade econômica. Aqueles casos em que não seja provável que os ativos intangíveis seriam capazes de gerar benefícios econômicos e/ou que sua manutenção não esteja alinhada com a estratégia atual da administração da Companhia, são descontinuados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia efetuou a respectiva análise e, como consequência, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável.

Para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis relativos à combinação de negócios, os seus respectivos valores foram devidamente alocados ao único segmento que a Companhia reporta. As aquisições das controladas foram estratégicas e realizadas com o objetivo de explorar o grande potencial de sinergias entre os negócios, bem como alavancar o fluxo de clientes para as lojas físicas e *e-commerce*. Dessa forma, o teste de *impairment* para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros projetados para os próximos 10 anos de cada investida em virtude do plano de negócios da Companhia que é estruturado de forma a demonstrar a realização de seus ativos nesse prazo.

Para a determinação do valor recuperável, duas principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do decênio 2025-2034, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital das investidas de 17,25%. A perpetuidade foi calculada considerando as mesmas premissas do último período.

Como resultado dessa análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificada a necessidade de registro de redução ao valor recuperável para os ativos intangíveis da Companhia.

13. Fornecedores, fornecedores portal e fornecedores convênio

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Mercadorias	7.259	6.317	7.327	6.356
Serviços	582	740	637	823
Fornecedores portal (i)	125	23	125	23
Fornecedores risco sacado (convênio) (ii)	2.446	1.765	2.446	1.765
	10.412	8.845	10.535	8.967
Fornecedores	7.841	7.057	7.964	7.179
Fornecedores portal	125	23	125	23
Fornecedores risco sacado (convênio)	2.446	1.765	2.446	1.765

A Companhia celebrou acordos com os seguintes termos e condições:

- (i) Fornecedores portal: A Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Essa operação pode ser feita diretamente com a Companhia e, também, através de transações desta natureza envolvendo instituições financeiras ou FIDC's (A exemplo do FIDC IBCB apresentado na nota explicativa nº 2.8). Nestas transações, conforme acordado, as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pela Companhia. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. Esta transação não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Companhia e seu fornecedor. Os ganhos financeiros dessa operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime e competência e estão apresentados na nota explicativa nº 25.
- (ii) Fornecedores risco sacado (convênio): São de transações mercantis recorrentes entre o Grupo Casas Bahia e seus fornecedores de mercadorias. Os convênios firmados atendem aos interesses mútuos no que tange à liquidez e capital de giro de cada parte, e são firmados em decorrência de eventuais variações conjunturais no nível da demanda e oferta de produtos e serviços. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras e FIDC's. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio dessas operações era de 73 dias com custo financeiro de 25,72% a.a. (em 31 de dezembro de 2023 o prazo médio dessas operações era de 90 dias com custo financeiro de 16,96% a.a.). Os custos financeiros dessa operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime de competência e estão apresentados na nota explicativa nº 25. A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação

Controladora									
	31.12.2022	Adições	Pagamentos	Transferências	31.12.2023	Adições	Pagamentos	Transferências	31.12.2024
Mercadorias para revenda (i)	6.397	27.779	(21.646)	(6.213)	6.317	24.534	(13.431)	(10.161)	7.259
Materiais e serviços (i)	715	4.587	(4.332)	(230)	740	4.238	(4.176)	(220)	582
Fornecedores portal	655	310	(942)	-	23	-	-	102	125
Fornecedores convênio	2.463	-	(7.141)	6.443	1.765	-	(9.598)	10.279	2.446
	10.230	32.676	(34.061)	-	8.845	28.772	(27.205)	-	10.412

Consolidado									
	31.12.2022	Adições	Pagamentos	Transferências	31.12.2023	Adições	Pagamentos	Transferências	31.12.2024
Mercadorias para revenda (i)	6.464	28.207	(22.102)	(6.213)	6.356	24.987	(13.856)	(10.160)	7.327
Materiais e serviços (i)	793	5.775	(5.515)	(230)	823	4.686	(4.651)	(221)	637
Fornecedores portal	655	310	(942)	-	23	-	-	102	125
Fornecedores convênio	2.463	-	(7.141)	6.443	1.765	-	(9.598)	10.279	2.446
	10.375	34.292	(35.700)	-	8.967	29.673	(28.105)	-	10.535

(i) O saldo de adições e pagamentos de imobilizado intangível são apresentação nas atividades de investimento na Demonstração dos fluxos de caixas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, esse saldo foi de R\$ 48 no individual e R\$ 42 no consolidado (R\$119 no individual e R\$120 no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

14. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

	Taxa média a.a.	Controladora e consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023
Repasse para instituições financeiras ("CDCI") (i)	19,23%	5.377	4.976
Empréstimos em moeda nacional e debêntures (ii)	CDI + 1,28%	2.682	3.983
Debêntures – 10ª emissão (2ª série) (ii)	CDI + 1,00%	1.387	-
		9.446	8.959
Circulante		5.224	6.795
Não circulante		4.222	2.164

(i) Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("Repasse para instituições financeiras - CDCI").

As operações de Repasse para instituição financeiras ("CDCI") correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes, por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 6.1(a)). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 31 de dezembro de 2024, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 19,23% a.a. (18,31% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

	Controladora e consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Circulante	5.297	4.844
Não Circulante	537	539
	5.834	5.383
Juros a apropriar	(457)	(407)
Repasse para instituições financeiras, líquido de juros a apropriar	5.377	4.976

(ii) Empréstimos em moeda nacional e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, com exceção à 2ª série da 10ª emissão da debênture, que devido a sua possível conversibilidade está sendo mensurada a valor justo por meio do resultado, em conjunto com a opção de conversibilidade ("fair value option").

Em 26 de julho de 2024, a Companhia celebrou a 10ª emissão de debêntures simples, em substituição às dívidas financeiras quirografárias sujeitas ao PRE, no valor de R\$4.080, da espécie com garantia real em 3 (três) séries, sendo a 1ª (primeira) e a 3ª (terceira) séries simples, não conversíveis em ações e a 2ª (segunda) série conversível em ações. Foram emitidas 4.079.970.063 (quatro bilhões, setenta e nove milhões, novecentas e setenta mil e sessenta e três) debêntures no valor unitário de R\$1 (um real), sendo: 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentas milhões) da 1ª série; 1.406.873.551 (um bilhão, quatrocentos e seis milhões, oitocentos e setenta e três mil e quinhentas e cinquenta e uma) da 2ª série; e 1.173.096.512 (um bilhão, cento e setenta e três milhões, noventa e seis mil e quinhentas e doze) da 3ª série. Vide detalhes sobre o PRE na nota explicativa nº 2.7

A seguir um quadro com alguns dados acordados e contemplados na 10ª emissão de debêntures da Companhia:

Série	Remuneração	Debêntures emitidas	Amortização
1ª série	CDI + 1,50%	1.500	Carência de 2 anos para os juros e pagamento semestral; Carência de 2,5 anos para a amortização com pagamentos de 10% novembro de 2026, 10% novembro de 2027, 20% novembro de 2028 e 60% em novembro 2029
2ª série (1)	CDI + 1,00%	1.407	Conversão em participação societária no período de novembro de 2025 até maio de 2027 (80% VWAP 90 dias anteriores à conversão) ou liquidação em caixa 100% em novembro de 2030. O período de conversão poderá ser estendido até o prazo final caso a Companhia não constitua um FIDC para crediário até abril de 2026
3ª série (1)	CDI + 1,00%	1.173	100% em novembro de 2030

(1) A 2ª série foi disponibilizada para credores que (i) mantenham as atuais condições de eventuais linhas não sujeitas à RE e/ou (ii) disponibilizem novos recursos, em condições a serem definidas. A 3ª série foi disponibilizada para os credores que não aceitaram as condições da 2ª série.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento constante na demonstração dos fluxos de caixa.

	Controladora e consolidado		
	CDCI	Moeda nacional e debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.241	4.137	9.378
Fluxos de caixa de financiamento			
Captações	6.971	1.819	8.790
Amortizações	(7.280)	(1.889)	(9.169)
Pagamento de juros (i)	(775)	(651)	(1.426)
Variações que não envolvem caixa			
Juros e encargos incorridos	819	567	1.386
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.976	3.983	8.959
Fluxos de caixa de financiamento			
Captações	7.716	1.308	9.024
Amortizações	(7.328)	(949)	(8.277)
Pagamento de juros (i)	(836)	(133)	(969)
Variações que não envolvem caixa			
Modificação da dívida (ii)	-	(651)	(651)
Marcação a mercado dos instrumentos conversíveis (iii)	-	(359)	(359)
Debêntures conversíveis (direito de conversão) (iv)	-	335	335
Custo de captação	-	5	5
Juros incorridos	849	530	1.379
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.377	4.069	9.446

- (i) Pagamentos de juros: Na Demonstração dos fluxos de caixa os pagamentos de juros estão classificados como “Atividades de financiamento”, uma vez que a Companhia considera que esses valores compõem os custos de financiamentos.
- (ii) Modificação da dívida: A Companhia avaliou a emissão da 10ª debênture, que ocorreu através do reperfilamento da dívida (PRE), se enquadrou como uma “modificação substancial”. Em conformidade CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros a Companhia realizou duas análises sendo uma quantitativa, para a aplicação da premissa de 10% de variação entre os fluxos de caixa descontados, e uma avaliação qualitativa para verificação de outros pontos que, talvez, não seriam abarcados na verificação da variabilidade dos fluxos de caixa. A Companhia concluiu que houve modificação substancial e conseqüentemente desreconheceu as obrigações originais e reconheceu as novas obrigações, com termos e condições substancialmente diferentes.
- A diferença entre as obrigações originais e as novas obrigações resultou em um ganho líquido de R\$637, antes dos efeitos dos tributos, no reconhecimento inicial dessa diferença. Esse ganho reflete um efeito contábil temporal, não existindo desembolso ou entrada de caixa ou redução ou aumento em qualquer outro ativo da Companhia. Com o reconhecimento desse saldo a dívida refletiu o valor justo no momento do reconhecimento e será atualizado com base no fluxo de caixa contratual. Além disso, em virtude da extinção das obrigações anteriores a Companhia reconheceu os custos e taxas pagas e/ou recebidas entre a Companhia e os credores, incluindo taxas pagas ou recebidas pela Companhia ou pelos credores em nome do outro como parte do ganho da extinção. Esse saldo está apresentado na nota explicativa nº 25 (ii).
- (iii) Marcação a mercado dos instrumentos conversíveis: Refere-se ao valor justo da opção de conversão da dívida em ações disponível na 2ª série da 10ª emissão de debênture da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor justo desse instrumento financeiro era de R\$359, sendo que R\$264 foi registrado na Demonstração do resultado do exercício na rubrica do “Resultado financeiro, líquido” conforme nota explicativa nº 25 (iii) (esse valor reflete o risco de mercado) e R\$95 foi registrada em “Outros resultados abrangentes” (esse valor reflete o risco de crédito da Companhia).
- (iv) Debêntures conversíveis (direito de conversão): Refere-se ao valor justo do direito de conversão presente na 2ª série da 10ª debênture. Esse direito caracteriza-se como um instrumento financeiro derivativo e, conforme CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, trata-se de um derivativo embutido que pode ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado, para mais detalhes vide nota explicativa nº 15(d). Esse saldo está apresentado na nota explicativa nº 25 (iv).

c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora e Consolidado		
	CDCI	Moeda nacional e debêntures	Total
2026	511	101	612
2027	-	101	101
2028	-	263	263
2029	-	913	913
2030	-	2.333	2.333
	511	3.711	4.222

d) Cláusulas restritivas

A Companhia monitora constantemente os indicadores considerados significativos pela Administração, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA ajustado ("*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization adjusted*").

Debêntures

A manutenção do vencimento contratual da 10ª emissão de debêntures em seu prazo original está condicionada ao cumprimento de cláusulas contratuais restritivas ("*covenants*"), previstas em seus respectivos instrumentos com início nas informações de 31 de março de 2025, por consequência, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui *covenants*.

O principal *covenant*/indicador das debêntures da Companhia é a relação entre dívida líquida ajustada⁽¹⁾ e o EBTIDA consolidado ajustado⁽²⁾, menor ou igual a 3,00.

(1) **Dívida líquida consolidada:** a dívida total da Emissora(*) subtraída do valor das disponibilidades do caixa, dos valores de Contas a Receber, oriundos de vendas com cartões de crédito com deságio de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento), vale-alimentação e multibenefícios, incluindo saldos das operações de CDCI ou instrumentos que venham a substituí-lo, se aplicável, existentes dentro da rubrica de Contas a Receber e valor equivalente às cotas subordinadas de emissão do FIDC e eventualmente subscritas pela Emissora. Para que não restem dúvidas operações de risco sacado fornecedor, não serão consideradas dívidas para fins do presente cálculo da dívida líquida consolidada.

(2) **EBITDA consolidado ajustado:** o lucro bruto, deduzido das despesas operacionais gerais, administrativas e de vendas, excluindo-se depreciações e amortizações, e acrescido do saldo de outras receitas operacionais ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres.

(*) **Dívida total da Emissora:** São os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo debêntures, saldos das operações de CDCI ou instrumentos que venham a substituí-lo (incluindo, sem limitação, fundos de investimento em direitos creditórios e securitizações), excluindo saldos das operações de Contratos de Arrendamento Mercantil.

15. Gerenciamento de riscos financeiros

a) Política contábil

Quando não é possível obter o valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros em mercados ativos, o valor justo registrado nas Demonstrações Financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do valor justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

b) Composição dos saldos

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, por categoria, são os seguintes:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativos financeiros					
<u>Custo amortizado</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.082	2.525	2.131	2.573
Títulos e valores mobiliários	5	461	-	283	-
Contas a receber (*)	6	4.348	3.538	4.524	3.747
Partes relacionadas	9	576	626	417	438
Instrumentos financeiros		-	-	11	11
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>					
Administradoras de cartões de crédito	6	527	245	532	273
Passivos financeiros					
<u>Custo amortizado</u>					
Fornecedores	13	(7.841)	(7.057)	(7.964)	(7.179)
Fornecedores portal	13	(125)	(23)	(125)	(23)
Fornecedores risco sacado (convênio)	13	(2.446)	(1.765)	(2.446)	(1.765)
Empréstimos em moeda nacional e debêntures (**)	14	(2.682)	(3.983)	(2.682)	(3.983)
Repasse para instituições financeiras ("CDCI")	14	(5.377)	(4.976)	(5.377)	(4.976)
Passivo de arrendamento	19	(3.310)	(3.443)	(3.350)	(3.483)
Partes relacionadas	9	(998)	(412)	(9)	(3)
Repasse a terceiros		(711)	(566)	(764)	(637)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>					
Debêntures – 10ª emissão (2ª série)	14	(1.387)	-	(1.387)	-

(*) Contas a receber exceto Administradoras de cartões de cartão de crédito.

(**) Empréstimos em moeda nacional e debêntures exceto a 2ª série da 10ª emissão de debêntures.

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê de Finanças, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente ao Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. Os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta são relacionados aos riscos de mercado decorrentes dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Risco de mercado

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2024, é o aumento do percentual do CDI, uma vez que, o saldo total dos empréstimos e financiamentos excedeu o saldo das aplicações financeiras indexadas à mesma modalidade de taxa de juros.

Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas (dentre as quais o CDI), para fazer frente às necessidades de capital de giro e de investimentos da Companhia. Da mesma forma, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa.

Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 14,53% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

Operações	Risco	Consolidado	Análise de sensibilidade		
		Saldo em 31.12.2024	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Redução do CDI	1.981	286	214	143
Empréstimos e financiamentos (*)	Aumento do CDI	(2.682)	(371)	(457)	(542)
Debêntures – 10ª emissão (2ª série)	Aumento do CDI	(1.387)	(216)	(266)	(317)
Impacto líquido no resultado		(2.088)	(301)	(509)	(716)

(*) Não incluem operações de Repasses para instituições financeiras ("CDCI") por apresentarem taxas de juros pré-fixadas e Debêntures – 10ª emissão (2ª série).

d) Instrumento financeiro híbrido

A 2ª série da 10ª emissão de debêntures da Companhia possui uma opção de conversão em ações ordinárias, exercível por opção do debenturista. Cada debenturista tem o direito de converter o saldo das debêntures, total ou parcialmente, em ações, sendo o número de ações determinado pelo valor atualizado da dívida dividido por 80% do VWAP (*Volume Weighted Average Price*) dos 90 dias anteriores à conversão. O período de conversão é de novembro de 2025 a maio de 2027, podendo ser estendido até 2030, conforme definido na escritura de emissão das debêntures.

De acordo com o CPC 39 (IAS 32) – Instrumentos financeiros (apresentação), a opção de conversão não atende às características de um instrumento patrimonial, uma vez que o critério "fixo para fixo" não é cumprido. Dessa forma, o direito de conversão caracteriza-se como um instrumento financeiro derivativo, devendo ser mensurado conforme os requisitos do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros. Em virtude disso, a Companhia optou por designar a 2ª série das debêntures ao valor justo por meio de resultado (*fair value option*) apresentado no balanço na linha de Empréstimos e financiamentos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi registrado um montante de R\$335 referente à atualização do valor justo da 2ª série da 10ª emissão de debêntures, contabilizado como despesa financeira.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Risco de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa de curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. Além disso, é prática da Companhia manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro, para tanto, regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar os possíveis impactos na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não fossem renovadas.

A Administração realiza, de forma recorrente, a análise de sua liquidez a partir de seus fluxos de caixa projetados considerando as obrigações vincendas correntes e dívidas e concluiu que para o período de 12 meses após 31 de dezembro de 2024 inexistem riscos de liquidez.

Fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros, calculados até o vencimento, dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados podem não conferir com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	7.841	-	-	7.841	7.964	-	-	7.964
Fornecedores portal	125	-	-	125	125	-	-	125
Fornecedores convênio	2.773	-	-	2.773	2.773	-	-	2.773
Empréstimos em moeda nacional e debêntures (*)	1.713	5.660	409	7.782	1.713	5.660	409	7.782
Debêntures – 10ª emissão (2ª série) (**)	-	-	3.746	3.746	-	-	3.746	3.746
Repasse para instituições financeiras (“CDCI”)	4.865	511	-	5.376	4.865	511	-	5.376
Partes relacionadas	1.007	-	-	1.007	9	-	-	9
Repasse de terceiros	711	-	-	711	764	-	-	764
	19.035	6.171	4.155	29.361	18.213	6.171	4.155	28.539

(*) Empréstimos em moeda nacional e debêntures exceto a 2ª série da 10ª emissão de debêntures;

(**) A 2ª série da 10ª emissão de debêntures, possui uma opção de conversão em ações ordinárias, exercível por opção do debenturista, caso a opção seja exercida a liquidação da dívida não resultará em saída, já que ao exercer a opção a dívida se torna um aumento de capital da Companhia.

f) Risco de crédito

A Companhia está exposta aos riscos de créditos mantidos com instituições financeiras, na posição de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário a instituições financeiras validadas pelo Comitê de Finanças e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos que são regularmente atualizados.

Para os saldos do contas a receber, o risco de crédito é mitigado porque grande parte das vendas da Companhia é realizada por cartão de crédito, que são, substancialmente, securitizados com as administradoras de cartões de crédito e/ou com bancos. As vendas financiadas através da operação de Repasse com instituições financeiras (“CDCI”), têm linhas de crédito junto aos bancos visando o financiamento dos clientes, com intermediação da Companhia. Desta forma, a Companhia detém o risco de crédito, adotando procedimentos criteriosos na sua concessão. Todavia, o saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são calculadas conforme a política contábil da Companhia. Os saldos dessas estimativas, apresentados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas da carteira de recebíveis.

g) Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar uma adequada classificação de risco de crédito, além de uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento de órgão regulador sobre o capital.

	Consolidado			
	31.12.2024		31.12.2023	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	2.131	2.131	2.573	2.573
Administradoras de cartões de crédito	532	532	273	273
Total caixa e equivalentes e cartão de crédito	2.663	2.663	2.846	2.846
Credíário Casas Bahia, líquido de juros a apropriar	4.198	-	3.699	-
Outros recebíveis	1.046	1.046	733	733
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa	(720)	(94)	(685)	(90)
Total caixa e equivalentes e recebíveis	7.187	3.615	6.593	3.489
Empréstimos em moeda nacional e debêntures	(2.682)	(2.682)	(3.983)	(3.983)
Debêntures – 10ª emissão (2ª série)	(1.387)	(1.387)	-	-
Repasse para instituições financeiras (“CDCI”)	(5.377)	-	(4.976)	-
Total empréstimos e financiamentos e CDCI	(9.446)	(4.069)	(8.959)	(3.983)
Dívida líquida	(2.259)	(454)	(2.366)	(494)
Patrimônio líquido	2.477	2.477	3.454	3.454
Índice da dívida líquida	(0,91)	(0,18)	(0,69)	(0,14)

h) Mensurações do valor justo

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7) – Instrumentos financeiros (evidenciação), apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Custo amortizado				
Credíário Casas Bahia, líquido de juros a apropriar (i)	4.198	4.884	4.198	4.884
Repasse para instituições financeiras (“CDCI”) (ii)	(5.377)	(5.344)	(5.377)	(5.344)
Valor justo por meio do resultado				
Debêntures – 10ª emissão (2ª série) (ii)	(1.387)	(1.387)	(1.387)	(1.387)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Administradoras de cartões de crédito (ii)	527	527	532	532

(i) São classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo, a Companhia utilizou como premissa a carteira de recebíveis do Credíário Casas Bahia e a expectativa de perda dos títulos, bem como a taxa média do mercado de desconto de duplicatas.

(ii) São classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura e negociações com partes independentes.

A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente, devido aos vencimentos de curto prazo dos mesmos.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de Administradoras de cartões de crédito.

16. Tributos a pagar

a) Política contábil

Os saldos de tributos a pagar estão apresentados líquidos entre o valor total devido e o saldo a recuperar relacionado a cada um dos tributos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Imposto sobre Serviços ("ISS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), além dos impostos que a Companhia precisa reter sobre determinadas atividades, como aluguéis e serviços tomados, entre outros.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
ICMS a pagar	456	444	458	445
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	41	31	41	32
IRRF a pagar	23	23	34	35
Outros	30	23	46	31
	550	521	579	543
Circulante	522	496	551	517
Não circulante	28	25	28	26

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Política contábil

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda (IR) e a contribuição social (CS) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil (duzentos e quarenta mil reais) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

b) Conciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo antes da tributação	(1.687)	(4.145)	(1.677)	(4.202)
IR e CS à alíquota nominal (34%)	574	1.409	570	1.429
Subvenção de investimento (i)	-	186	-	191
Exclusão Selic sobre tributos (ii)	99	48	102	53
Equivalência patrimonial	5	(88)	23	17
Prejuízo fiscal não reconhecido (iii)	-	-	(25)	(37)
Outras diferenças permanentes	(36)	(35)	(38)	(76)
IR e CS à alíquota efetiva	642	1.520	632	1.577
Corrente	(13)	(3)	(33)	(6)
Diferido	655	1.523	665	1.583
IR e CS reconhecidos no resultado	642	1.520	632	1.577

(i) Subvenção de investimento

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía benefícios fiscais que reduziam a despesa de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) tais como crédito presumido, redução de base de cálculo e redução de alíquota. Esses benefícios eram distribuídos em 21 estados o que resultava em montante considerável de exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Para viabilizar a utilização desse benefício, a Companhia cumpria os requisitos legais.

(ii) Exclusão Selic sobre tributos

Refere-se aos efeitos decorrentes da exclusão das atualizações da taxa Selic das bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social em virtude da decisão do STF. O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao recurso extraordinário, dando interpretação conforme a Constituição Federal ao § 1º do art. 3º da Lei nº 7.713/88, ao art. 17 do Decreto-Lei nº 1.598/77 e ao art. 43, inciso II e § 1º, do CTN (Lei nº 5.172/66), de modo a excluir do âmbito de aplicação desses dispositivos a incidência do IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

(iii) Prejuízo fiscal não reconhecido

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal da controlada Cnova não foi reconhecido tendo em vista a inexistência de lucro tributável em montante suficiente para realização do referido crédito tributário e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos no balanço patrimonial referentes aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o principal saldo de prejuízo fiscal não reconhecido foi de R\$528 (R\$528 em 31 de dezembro de 2023).

Ao final de cada período de apresentação das Demonstrações Financeiras, a Companhia reavalia se é provável que os lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado. Caso positivo, a Companhia reconhece o ativo fiscal diferido não reconhecido previamente.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Provisão para demandas judiciais	751	735	779	760
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	236	219	238	221
Prejuízos fiscais e bases negativas	4.511	3.601	4.879	3.965
Provisão para despesas correntes	101	70	107	73
Estimativa de perda de ativo imobilizado e estoque	52	115	52	115
Arrendamento mercantil	278	275	282	280
Debêntures conversíveis	114	-	114	-
Outros	97	93	99	93
Total ativo fiscal diferido	6.140	5.108	6.550	5.507
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(283)	(223)	(294)	(234)
Marcação a mercado dos instrumentos conversíveis	(122)	-	(122)	-
Modificação da dívida	(221)	-	(221)	-
PPA Bartira	-	-	(20)	(20)
ICMS seletividade	(116)	(116)	(116)	(116)
Outros	(3)	(5)	(30)	(32)
Total passivo fiscal diferido	(745)	(344)	(803)	(402)
	5.395	4.764	5.747	5.105

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados no balanço patrimonial pelo montante líquido, por entidade contribuinte, da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo fiscal diferido	5.395	4.764	5.767	5.125
Passivo fiscal diferido	-	-	(20)	(20)

d) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses valores, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2024	Controladora	Consolidado
2025	748	775
2026	279	309
2027	396	435
2028	337	372
2029	477	520
Mais de 5 anos	3.903	4.139
	6.140	6.550

18. Provisão para demandas judiciais

a) Política contábil

Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolso futuro, os processos legais são avaliados pela Administração para estimar o potencial de perda de cada processo. Essa análise leva em consideração pareceres jurídicos emitidos por assessores legais além do histórico dos processos da Companhia e respectivos pagamentos. As provisões são constituídas para todos os processos que foram analisados e considerados como perda provável, ou com base no histórico de perdas, no caso de parte das causas trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas de acordo com os valores dos processos, e não consideram os saldos de depósitos judiciais, já que esses estão classificados no ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão. Além disso, para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como prática o provisionamento no momento que há o julgamento em definitivo das causas.

b) Estimativas e premissas contábeis

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, tributários, trabalhistas, previdenciários e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais tributárias são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Dessa forma, a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

As provisões para demandas judiciais trabalhistas e cíveis são calculadas com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos, utilizando o percentual de sucesso para cada tipo de reclamação, e o valor médio de perdas por cargos de funcionário ou tipo de causa.

Adicionalmente, para ações coletivas e aquelas que apresentam características que as diferenciam dos processos contidos na massa, a Companhia analisa o risco individual (de cada ação). Para cada processo, um escritório independente é contratado, analisa os riscos e efetua os cálculos dos valores correspondentes aos riscos aos quais a Companhia está exposta. Este valor é provisionado de acordo com o momento processual e considerando a probabilidade de perda, sendo que, em momentos em que já existam decisões nos autos, o valor provisionado é calculado com base no valor de liquidação.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Saldos e movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis e outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27	1.802	278	2.107
Adições de processos novos e outras adições	190	2.641	92	2.923
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.124)	(74)	(1.198)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(3)	(1.552)	(27)	(1.582)
Atualização monetária	23	45	24	92
Saldo em 31 de dezembro de 2023	237	1.812	293	2.342
Adições de processos novos e outras adições	5	1.323	64	1.392
Baixa de provisão por liquidação	-	(759)	(72)	(831)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(581)	(44)	(625)
Atualização monetária	33	24	14	71
Saldo em 31 de dezembro de 2024	275	1.819	255	2.349

	Consolidado			
	Tributárias (i)	Trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75	1.830	283	2.188
Adições de processos novos e outras adições	190	2.729	93	3.012
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.148)	(80)	(1.228)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(5)	(1.591)	(27)	(1.623)
Combinação de negócios	13	2	-	15
Atualização monetária	26	50	24	100
Saldo em 31 de dezembro de 2023	299	1.872	293	2.464
Adições de processos novos e outras adições	5	1.375	64	1.444
Baixa de provisão por liquidação	-	(785)	(72)	(857)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(2)	(600)	(44)	(646)
Atualização monetária	37	27	14	78
Saldo em 31 de dezembro de 2024	339	1.889	255	2.483

(i) Tributárias

Os processos tributários estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, calculada com base nas taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto às multas dos montantes não pagos, quando aplicável, foram computados e provisionados em sua totalidade.

Em 31 de dezembro de 2024, os principais processos tributários provisionados referem-se principalmente a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS no montante de R\$70 (R\$51 em 31 de dezembro de 2023) e DIFAL no montante de R\$258 (R\$236 em 31 de dezembro de 2023), tendo sido provisionados com base na avaliação dos advogados externos, que foi corroborada pela Administração.

Em relação ao DIFAL, em 29 de novembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal deu continuidade ao julgamento da matéria "DIFAL Anterioridade", nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 7066, 7078 e 7070 e, diante do resultado do julgamento, embora ainda não finalizado, a Companhia provisionou o valor de R\$220 em 31 de dezembro de 2023.

Em atendimento ao ofício-circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia efetuou um levantamento dos seus processos e, baseada na opinião de seus consultores legais internos e externos, informa que em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados casos que pudessem representar impactos em suas Demonstrações Financeiras decorrentes da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária ocorrida em 08 de fevereiro de 2023. A Companhia continuará monitorando a evolução da matéria em especial os eventuais efeitos advindos de modulação e por eventuais embargos de declaração.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, majoritariamente, ao desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios e das ações reestruturantes efetuadas nos últimos anos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$1.889 (R\$1.872 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) Cíveis e outros

A Companhia responde às ações de natureza cível, sendo os principais processos relacionados a:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o trânsito em julgado. Durante o período de julgamento das ações, a Companhia constitui provisão entre a diferença do valor pago a título de aluguel provisório e os valores pleiteados pelos locadores. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão era de R\$12 (R\$28 em 31 de dezembro de 2023);
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo, a provisão é calculada com base no histórico de perdas, por tipo de reclamação e momento processual, aplicado sobre a totalidade dos processos ativos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da provisão era de R\$243 (R\$265 em 31 de dezembro de 2023).

d) Passivos contingentes

A Companhia apresenta outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não foram provisionadas, o montante total dessas demandas perfaz o montante de R\$8.855 em 31 de dezembro de 2024 (R\$9.044 em 31 de dezembro de 2023), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

- A Companhia é parte em discussões que tratam de COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelas autoridades fiscais e divergência em valores recolhidos; (ii) discussão acerca da incidência de PIS e COFINS em determinadas transações, tais como: bonificações recebidas de fornecedores; (iii) aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre as despesas com propaganda e taxas de administração de cartões; (iv) discussão decorrente de suposta insuficiência no saldo de prejuízos fiscais compensados; (v) exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS; (vi) outras discussões de menor materialidade. O montante envolvido nos referidos processos é de aproximadamente R\$4.242 em 31 de dezembro de 2024 (R\$4.963 em 31 de dezembro de 2023);
- ICMS-ST nas aquisições de mercadorias: discussão acerca da apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS-ST destacado nas aquisições de mercadorias para revenda no ano-calendário de 2016. O valor do auto de infração corresponde a R\$341 em 31 de dezembro de 2024 (R\$318 em 31 de dezembro de 2023).
- ICMS, ISS e IPTU: (i) processos administrativos e judiciais decorrentes da não tributação do ISS sobre valores considerados pelo fisco municipal como comercialização de serviços; (ii) discussões fiscais acerca de supostas divergências no confronto das informações transmitidas para as Secretarias da Fazenda Estadual, bem como da não tributação do ICMS sobre a comercialização do serviço de garantia estendida; (iii) discussões decorrentes da apropriação de créditos na aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular; (iv) outras discussões de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações é de aproximadamente R\$2.426 em 31 de dezembro de 2024 (R\$2.164 em 31 de dezembro de 2023);
- Ágio Mandala: autuações fiscais em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2015 e 2016, referentes ao ágio originado da aquisição do Ponto ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado dos autos de infração corresponde a R\$227 de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2024 (R\$212 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cíveis e outros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta demandas cíveis que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$276 (R\$133 em 31 de dezembro de 2023).

e) Depósitos judiciais

A Companhia contesta o pagamento de certos impostos, contribuições, bem como referente a questões previdenciárias, trabalhistas e cíveis, para os quais efetuou depósitos recursais (vinculados), em montante equivalente aos pendentes de decisão legal. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Previdenciárias e trabalhistas	721	262	752	276
Tributárias (i)	864	860	866	863
Cíveis e outros	27	28	28	28
	1.612	1.150	1.646	1.167

- (i) Com a edição da Emenda Constitucional nº 87/2015 e do Convênio CONFAZ nº 93/2005, os Estados e o Distrito Federal, por meio de leis estaduais, passaram a exigir o Diferencial de Alíquotas de ICMS ("DIFAL") nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto.

Ocorre que, em razão da inconstitucionalidade dessa exigência instituída por leis estaduais, sem lei complementar prévia, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando a cobrança do DIFAL.

Em 24 de fevereiro de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Recurso Extraordinário 1.287.019, caso submetido ao regime de repercussão geral, fixou a seguinte tese: "A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais".

Houve a modulação dos efeitos da decisão para a partir do exercício financeiro seguinte à conclusão deste julgamento, ou seja, para o ano de 2022. Contudo, tal modulação não afeta a Companhia, uma vez que as ações judiciais foram ajuizadas anteriormente a data da publicação da Ata do Julgamento.

Os direitos creditórios relativos às ações judiciais anteriores a 2022 foram parcialmente cedidos a terceiros.

Com a publicação da Lei Complementar nº 190/22, houve a instituição de uma nova relação jurídica, na medida em que os contribuintes passaram a recolher o ICMS para o estado de destino, no qual está localizado o consumidor final não contribuinte do imposto. Esse ICMS corresponde à diferença entre as alíquotas interestaduais e a interna do estado de destino (DIFAL).

Ocorre que, essa instituição de uma nova relação jurídica (recolhimento do DIFAL para o estado de destino) está condicionada aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal. Em razão disso, considerando que a Lei Complementar nº 190/22 foi publicada em 05 de janeiro de 2022, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando que a obrigação de proceder ao recolhimento do DIFAL para os estados apenas pode ser aplicada às operações do exercício financeiro posterior a sua publicação, ou seja, das operações realizadas a partir de 01 de janeiro de 2023.

Apesar do Julgamento realizado pelo STF em Novembro de 2023, cuja decisão determina a aplicação tão somente da anterioridade nonagesimal a partir da data da publicação da Lei Complementar nº 190/22, em virtude da (i) ausência de publicação de acórdão; (ii) pendência de julgamento das omissões e imprecisões através de embargos de declaração e (iii) possibilidade de modulação dos efeitos de decisão, somente após o trânsito em julgado de forma desfavorável aos contribuintes nas ADIs 7066, 7078 e 7070, os processos específicos da Companhia serão encerrados com a reversão dos valores depositados aos fiscos estaduais.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Garantias e fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta fianças bancárias e seguro garantia decorrentes de ações previdenciárias e trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Previdenciárias e trabalhistas	2.260	2.584	2.293	2.619
Tributárias	2.240	1.993	2.309	2.045
Cíveis e outros	350	353	350	356
	4.850	4.930	4.952	5.020

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2024, fianças bancárias e seguro garantia envolvendo acordos comerciais de serviços financeiros (receita diferida) e administrativas que totalizam R\$2.811.

As garantias corporativas outorgadas pela CBD em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$216.

19. Arrendamento mercantil

a) Política contábil

O CPC 06 (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil, determina que todos os arrendamentos e seus correspondentes direitos e obrigações contratuais deverão ser reconhecidos no balanço patrimonial. Ainda segundo a norma, estão isentos de reconhecimento os arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e cujo ativo subjacente é de baixo valor. Também estão fora do escopo da norma contratos com prazo indeterminado e aqueles no qual a contraprestação tem base em valores variáveis. Para os arrendamentos isentos ou fora do escopo da norma, a Companhia realizou o reconhecimento como despesa no resultado do exercício, conforme incorridas. A Companhia reconheceu despesas variáveis de arrendamento de R\$23 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R\$20 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (locação de espaços comerciais, centros de distribuição e demais unidades administrativas). Para cada contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso da Companhia. Inicialmente, o ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, e posteriormente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é composto pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos ou fixos em essência, que seriam pagamentos mínimos acordados com o arrendador. Ao calcular o passivo de arrendamento, a Companhia utilizou a sua taxa incremental de empréstimos, a qual foi aplicada nominalmente para desconto dos fluxos de pagamento.

Os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidos na demonstração do resultado de acordo com o período do contrato.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Composição dos saldos e movimentação

Ativo de direito de uso

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.789	2.816
Adições e remensurações	418	420
Baixas e reversões	(22)	(22)
Depreciação	(649)	(653)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.536	2.561
Adições e remensurações	504	508
Baixas e reversões	(27)	(27)
Depreciação	(622)	(625)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.391	2.417

Classificação da depreciação do Ativo de direito de uso no resultado do exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação do Ativo de direito de uso no Custo das mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Depreciação	150	135	152	137

Passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.657	3.699
Adição e remensurações	418	420
Baixas	(31)	(31)
Pagamento de principal	(601)	(605)
Pagamento de juros (i)	(454)	(459)
Juros incorridos	454	459
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.443	3.483
Adição e remensurações	504	508
Baixas	(50)	(50)
Pagamento de principal	(588)	(591)
Pagamento de juros (i)	(445)	(450)
Juros incorridos	446	450
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.310	3.350
Circulante	614	621
Não circulante	2.696	2.729

(i) Na Demonstração dos fluxos de caixa os pagamentos de juros estão classificados como "Atividades de financiamento", uma vez que a Companhia considera esses compõem os custos de financiamentos.

c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecido no passivo não circulante

Ano	Controladora			Consolidado		
	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento
2026	958	(310)	648	968	(313)	655
2027	831	(226)	605	841	(230)	611
2028	689	(150)	539	699	(152)	547
2029	531	(86)	445	540	(87)	453
2030	311	(36)	275	315	(36)	279
Mais de 5 anos	239	(55)	184	239	(55)	184
	3.559	(863)	2.696	3.602	(873)	2.729

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar

Os pagamentos de passivos de arrendamento mercantil, geram um direito potencial de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos relacionados aos efeitos potenciais de PIS e COFINS.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desse direito potencial é de R\$370 na Controladora e R\$374 no Consolidado (R\$400 na Controladora e R\$405 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazo dos contratos	Taxa média % a.a.	
	31.12.2024	31.12.2023
Até 5 anos	13,58%	13,19%
De 6 a 10 anos	13,82%	13,63%
De 11 a 15 anos	15,07%	14,44%
De 16 a 20 anos	13,83%	14,34%

e) Informações adicionais

Como descrito anteriormente, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada considerando o custo de captação da Companhia, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado a um *spread* de risco, excluindo-se as garantias oferecidas nas operações de financiamentos.

Os contratos de arrendamento da Companhia têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e para resguardar a representação fidedigna e atender as orientações da CVM em seu Ofício Circular CVM nº2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
<u>Fluxo real</u>				
Passivo de arrendamento	4.567	4.871	4.622	4.928
Juros embutidos	(1.257)	(1.428)	(1.272)	(1.445)
	3.310	3.443	3.350	3.483
<u>Fluxo inflacionado</u>				
Passivo de arrendamento	5.993	6.157	6.062	6.230
Juros embutidos	(1.747)	(1.998)	(1.767)	(2.022)
	4.246	4.159	4.295	4.208

O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal.

Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constante nos contratos de arrendamento (IPCA). As curvas de inflação foram obtidas na data de adoção inicial do referido pronunciamento e no encerramento do exercício corrente, considerando os prazos contratuais remanescentes.

Complementarmente, os usuários dessas Demonstrações Financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nessa nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

20. Receitas diferidas

a) Política contábil

As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na Demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Garantias complementares ou estendidas (i)	882	933	882	933
Operação de cartões e correspondente bancário (ii)	996	1.307	996	1.307
Seguros e serviços (iii)	53	71	53	71
Outros	1	1	3	83
	1.932	2.312	1.934	2.394
Circulante	208	229	209	244
Não circulante	1.724	2.083	1.725	2.150

(i) Garantias complementares ou estendidas

Em 15 de outubro de 2018, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de distribuição de seguros com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., que renegociou e consolidou os contratos anteriormente celebrados, em 29 de agosto de 2014 e 16 de dezembro de 2016. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$837 e vem sendo reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais forem atingidas. Em 23 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou um segundo aditivo ao contrato com novas metas e prazo final de vigência em dezembro de 2038.

(ii) Operação de cartões e correspondente bancário

Em 10 de novembro de 2022, a Companhia assinou o Aditivo para renovação do prazo da parceria para oferta de cartões de crédito e outros produtos financeiros ("Aditivo") com o Banco Bradesco S.A e Banco Bradescard S.A ("Bradesco"), na rede de lojas e *websites* operados sob a marca Casas Bahia. O contrato até então vigente, tinha como prazo final o ano de 2029. O Aditivo tem como objetivo principal: (i) fixar novo prazo de vigência da parceria e exclusividade para oferta de cartões de crédito *co-branded* até 10 de novembro de 2032 na rede de lojas e *websites* operados sob a bandeira Casas Bahia; (ii) estabelecer novos pagamentos a serem realizados em virtude do novo prazo acordado para oferta de produtos financeiros com exclusividade, além de estabelecer metas conjuntas para o sucesso da parceria; e (iii) atualizar e estabelecer determinados termos e condições que irão regular as relações futuras no âmbito da parceria inicialmente celebrada. Os valores envolvidos na transação totalizam R\$1.750 e estão divididos em antecipação de comissões no valor de R\$1.400 e prêmio por exploração do balcão ("*signing* bônus") no valor de R\$350, o valor recebido vem sendo reconhecido no resultado à medida em que as metas contratuais são atingidas.

(iii) Seguros e serviços

Em 26 de junho de 2018, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a CDF Assistência e Suporte Digital S.A. para a prestação de serviços de assistência técnica. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$100 para a Companhia, que vem sendo reconhecido no resultado à medida em que as metas contratuais são atingidas. Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou um aditivo com a CDF e renegociou o contrato anteriormente celebrado entre as partes. O aditivo tem término previsto para dezembro de 2029.

Em 10 de novembro de 2020, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de parceria para intermediação de prestação de serviços e renegociou os contratos anteriormente celebrados entre as partes. O aditivo tem término previsto para outubro de 2025.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c) Estimativa da Administração para realização dos saldos de receitas diferidas classificados como “Não circulante”

Ano	Controladora	Consolidado
2026	199	200
2027	199	199
2028	199	199
2029	199	199
2030	190	190
Mais de 10 anos	738	738
	1.724	1.725

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital Social

Em 27 de novembro de 2023, foi aprovado o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia sem alteração no capital social. O grupamento foi operacionalizado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetou os direitos patrimoniais e políticos das ações de emissão da Companhia. As ações foram agrupadas à razão de 25:1 e passaram a ser negociadas dessa forma em 15 de dezembro de 2023.

Em 06 de junho de 2024, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital autorizado da Companhia. O aumento do capital social poderá ser feito por meio de deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão e as demais condições de emissão. O capital autorizado da Companhia em 31 de dezembro era de R\$9.250, e 3.000.000 milhares de ações ordinárias e sem valor nominal.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$5.340 (R\$5.340 em 31 de dezembro de 2023) e estava representado por 95.087 milhares de ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal.

	31.12.2024	31.12.2023
Capital social integralizado (i)	5.450	5.450
Gastos com emissão de ações (ii)	(110)	(110)
Capital Social	5.340	5.340

(i) Capital social integralizado refere-se aos investimentos realizados na Companhia pelos seus acionistas.

(ii) Gastos com emissão de ações são valores diretamente atribuíveis às atividades necessárias para a emissão de ações.

21.2. Ações em tesouraria

A Companhia possui ações em tesouraria para fazer frente aos programas de incentivo de longo prazo e retenção dos principais executivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 possuíam a composição abaixo.

	Quantidade de ações (em milhares) (*)	Valor (em milhões)	Preço Médio (em reais)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	724	74	4,03
Alienadas	(504)	(52)	4,03
Saldo em 31 de dezembro de 2023	220	22	4,03
Alienadas	(205)	(1)	4,03
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15	21	4,03

(*) Em função do grupamento de ações ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para melhor comparabilidade, os saldos anteriores de quantidade de ações foram agrupados na proporção de 25:1, para mais detalhes vide nota explicativa nº 21.1.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.3. Transações de capital

Refere-se as variações decorrentes da mudança na participação societária de empresas controladas ou investidas sob controle comum.

21.4. Reservas de capital

a) Especial de ágio

O valor registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição do Grupo Casas Bahia por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas do Grupo Casas Bahia.

b) Ágio na subscrição de ações

O ágio na subscrição de ações surge quando a empresa negocia suas ações e o comprador paga um valor por ação maior que o valor patrimonial e esta diferença positiva deverá ser contabilizada como reservas de capital.

	Ágio na subscrição de ações	Absorção de prejuízos acumulados	Total
15.06.2020	2.227	-	2.227
31.03.2021	-	(416)	(416)
13.09.2023	311	-	311
Ágio na subscrição de ações	2.538	(416)	2.122

c) Opções outorgadas

A Companhia mantém planos de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Companhia.

Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período, os executivos da Companhia podem receber remuneração que é baseada em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais ou em dinheiro).

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas (“condições para o exercício”), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, a Companhia reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 09 de maio de 2024, a Companhia outorgou 96.869 ações restritas aos beneficiários do programa de remuneração baseada em ações. Foram entregues 75.073 ações sem termos de carência e o restante foi entregue na forma de *vesting*. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou sociedade sob seu controle até o término do *vesting*, previsto para o mês de maio de 2027, o beneficiário terá o direito de receber ações restritas em 3 parcelas de 33,33% ao ano, a partir do primeiro aniversário da data da outorga/concessão.

- Saldos dos planos de remuneração baseados em ações (em milhares).

Séries outorgadas	Data da outorga	Valor de Exercício (Em reais) (i)	Saldo em 31.12.2024	Disponível para exercício	Carência a cumprir		
					2025	2026	2027
<i>Stock Option</i>	27.04.2021	R\$10,01	16	-	11	5	-
<i>Restricted</i>	27.04.2021	-	10	-	7	3	-
<i>Restricted</i>	10.05.2022	-	83	-	41	21	21
Especial	10.05.2022	-	28	-	14	7	7
<i>Restricted</i>	09.05.2024	-	19	-	17	1	1
Planos liquidáveis em títulos patrimoniais			156	-	90	37	29
<i>Phantom</i>	12.09.2019	-	1	-	1	-	-
Planos liquidáveis em caixa			1	-	1	-	-

(i) Valores conforme os contratos na data da outorga.

- Movimentação dos planos de remuneração baseados em ações (em milhares)

	31.12.2023	Outorgas	Exercidas	Canceladas	31.12.2024
Ações	1.107	97	(306)	(741)	157

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$23 (Despesa de R\$20 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

22. Receita de venda de mercadorias e serviços

a) Política contábil

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos, *marketplace* e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira e nos serviços de transportes através da Asap Logística são substancialmente destinadas às operações da Companhia e, conseqüentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando existe a transferência de controle para o comprador. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados aos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente oferte produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site da Companhia. A receita de serviços é gerada através de um percentual por cada negociação fechada (*fee*) dentro do site utilizado.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços (“ISS”), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada Estado e município, respectivamente.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Mercadorias	27.499	30.127	27.531	30.179
Financeira operacional (c)	2.886	2.527	2.891	2.534
Serviços	1.522	1.239	1.597	1.341
Fretes	342	314	395	378
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos	32.249	34.207	32.414	34.432
Tributos sobre mercadorias	(4.727)	(5.168)	(4.745)	(5.181)
Tributos sobre financeira operacional (c)	(101)	(97)	(101)	(97)
Tributos sobre serviços	(219)	(177)	(257)	(212)
Tributos sobre fretes	(73)	(63)	(105)	(95)
Tributos sobre faturamento	(5.120)	(5.505)	(5.208)	(5.585)
Receita operacional líquida	27.129	28.702	27.206	28.847

c) Receita financeira operacional

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Credidiário Casas Bahia (i)	2.842	2.598	2.842	2.598
Outras	44	(71)	49	(64)
Receita bruta financeira operacional líquida de devoluções e cancelamentos	2.886	2.527	2.891	2.534
Credidiário Casas Bahia	(75)	(75)	(75)	(75)
Outras	(26)	(22)	(26)	(22)
Tributos sobre faturamento	(101)	(97)	(101)	(97)
Credidiário Casas Bahia	2.767	2.523	2.767	2.523
Outras	18	(93)	23	(86)
Receita financeira operacional líquida	2.785	2.430	2.790	2.437

(i) Correspondem as vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (Credidiário Casas Bahia), que geralmente são parcelados em até 24 meses.

d) Juros do Credidiário Casas Bahia

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Receita bruta do exercício	2.842	2.598
Juros a apropriar (i)	1.980	1.656
Juros do Credidiário Casas Bahia	4.822	4.254

(i) Refere-se aos juros que serão apropriados em exercícios futuros, vide detalhes na nota explicativa nº 6(b).

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Custo com estoques vendidos	17.406	18.954	17.081	18.668
Despesas com pessoal	2.222	2.187	2.832	2.876
Despesas com serviços de terceiros	3.019	3.104	2.651	2.870
Despesas com frete	914	942	1.007	1.019
PECLD, líquida de recuperação – Crediário Casas Bahia (i)	1.009	990	1.009	990
PECLD – Outras Contas a receber (i)	(28)	142	-	190
Despesas com demandas judiciais trabalhistas	604	766	613	805
Outras	277	389	317	438
	25.423	27.474	25.510	27.856
Custo de mercadorias e serviços vendidos	18.405	20.154	18.829	20.792
Despesas com vendas	5.736	6.018	5.486	5.883
Despesas gerais e administrativas	1.282	1.302	1.195	1.181
	25.423	27.474	25.510	27.856

(i) A movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) está apresentada na nota explicativa nº 6(c).

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Despesas com reestruturação (i)	(378)	(577)	(394)	(581)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	2	(38)	2	(129)
Outras (ii)	4	(535)	4	(552)
	(372)	(1.150)	(388)	(1.262)

(i) Saldo é composto, principalmente, por gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas. Essas despesas são decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

(ii) Saldo de 2023 é composto, principalmente por valores referentes à provisão de ICMS – DIFAL, gastos referentes a baixa de itens considerados obsoletos e/ou sucateados e outros gastos relacionados ao Plano de Transformação da Companhia.

25. Resultado financeiro, líquido

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Despesas financeiras				
Custo da dívida	(631)	(588)	(625)	(588)
Modificação da dívida (ii)	651	-	651	-
Marcação a mercado dos instrumentos conversíveis (iii)	264	-	264	-
Debêntures conversíveis (iv)	(335)	-	(335)	-
Juros com repasse para instituições financeiras (CDCI) (i)	(849)	(819)	(849)	(819)
Juros com fornecedores convênio	(316)	(287)	(303)	(287)
Juros com passivo de arrendamento	(446)	(454)	(450)	(459)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(730)	(1.031)	(732)	(1.035)
Atualizações passivas	(96)	(104)	(105)	(117)
Outras despesas financeiras	(172)	(109)	(174)	(112)
Total de despesas financeiras	(2.660)	(3.392)	(2.658)	(3.417)
Receitas financeiras				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	95	58	66	69
Atualizações ativas	360	271	373	289
Antecipação a fornecedores	1	5	23	5
Outras receitas financeiras	5	5	9	13
Total de receitas financeiras	461	339	471	376
Resultado financeiro, líquido	(2.199)	(3.053)	(2.187)	(3.041)

- (i) As operações de Repasse para instituições financeiras ("CDCI") correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes e suas taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza (vide nota explicativa nº 14). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para essa operação era de 19,23% a.a. (18,31% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) A Companhia reconheceu um ganho temporal que reflete a diferença entre as obrigações originais e as novas obrigações, assim como os custos e taxas pagas e/ou recebidas entre a Companhia e os credores, relacionados a emissão da 10ª debênture da Companhia proposta pelo PRE, para mais detalhes vida nota explicativa nº 14(b)(ii). Na Demonstração do valor adicionado esse saldo está apresentado como Remuneração de capital de terceiros na rubrica "Juros".
- (iii) Valor justo reconhecido por meio do resultado da opção de conversão da 2ª série da 10ª debênture, para mais detalhes vida nota explicativa nº 14(b)(iii). Na Demonstração do valor adicionado esse saldo está apresentado como Remuneração de capital de terceiros na rubrica "Juros".
- (iv) Valor justo da 2ª série da 10ª debênture, para mais detalhes vida nota explicativa nº 14(b)(iv). Na Demonstração do valor adicionado esse saldo está apresentado como Remuneração de capital de terceiros na rubrica "Juros".

26. Resultado por ação

a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, deduzidos os instrumentos patrimoniais potencialmente dilutivos sobre a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do resultado líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação, excluindo as ações readquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O prejuízo é considerado um evento anti-dilutivo, tornando o resultado básico e diluído iguais.

	Controladora e consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Numerador básico		
Resultado básico alocado e não distribuído	(1.045)	(2.625)
Resultado básico alocado e não distribuído	(1.045)	(2.625)
Denominador básico (em milhares de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	95.027	72.737
Resultado básico por ação (em R\$)	(10,99687)	(36,09253)
Denominador diluído (em milhares de ações)		
Média ponderada das quantidades de ações	95.027	72.737
Média ponderada diluída das ações	95.027	72.737
Resultado diluído por ação (em R\$)	(10,99687)	(36,09253)

A 2ª série da 10ª debênture emitida pela Companhia pode ser convertida em ações, a opção de conversão dos valores equivalentes em ações estará disponível a partir de novembro de 2025 até maio de 2027 (vide nota explicativa nº 14(a)(ii)).

27. Cobertura de seguros

A Companhia tem como prática, realizar a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos por danos ao patrimônio que possam acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o ativo imobilizado e os estoques. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer em virtude de uma eventual paralisação das atividades ou em decorrência de eventuais acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2024, são consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis sinistros e podem ser resumidas da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Riscos nomeados	10.289
Lucro	Lucros cessantes	1.539
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	67

(*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no montante de R\$475.

28. Informações sobre os segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se ser adequado a apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia em segmento único.

29. Eventos subsequentes

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 13 de fevereiro de 2025, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 10 de agosto de 2023 e ao Fato Relevante divulgado em 8 de novembro de 2023 e, assim como ao Plano de Transformação, vem a público atualizar seus acionistas e o mercado em geral sobre o início operacional do fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC") com objetivo de otimizar a operação de crediário da Companhia.

O FIDC, cuja estruturação foi conduzida pela Polígono Capital Ltda. ("Polígono"), já possui um compromisso firme de aporte de terceiros e terá um capital inicial de R\$300, com a expectativa de atingir o montante de R\$500 de patrimônio líquido nos próximos meses. Após essa primeira etapa, o FIDC denominado "Classe Única de Responsabilidade Limitada do Grupo Casas Bahia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios" (CNPJ/MF nº 52.667.588/0001-35) poderá contar com aportes adicionais. A gestão do FIDC é realizada pela Polígono, a administração é feita pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e a custódia pelo banco BTG Pactual S.A.